Dia do Trabalhador dá o recado:

“Abaixo desemprego, carestia e Bolsonaro! Viva a democracia!”

Repúdio contra tragédia social no país marca o 1º de Maio ‘pós-pandemia’

O Dia do Trabalhador voltou a ser celebrado nas ruas de todo o país, após a pandemia de Covid-19. Sob o lema “Emprego, Direitos, Democracia e Vida”, os atos de 1º de Maio realizados em diversas capitais do país defenderam urgência na luta contra a piora das condições de vida da população, a carestia e o desemprego, agravados sob o governo de Jair Bolsonaro (PL). Os atos repudiaram ainda o golpismo e o fascismo. Em São Paulo (SP), o ato foi realizado pelas centrais sindicais CUT, Força, UGT, CTB, Pública, NCST e Intersindical. **Página 3**

HORA DO POVO
ANO XXXII - Nº 3.854 4 a 10 de Maio de 2022

JPRodrigues - MST

Em São Paulo, o ato de 1º de Maio realizado em frente ao Pacaembu condenou a piora das condições de vida

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Inflação de Bolsonaro em abril é a maior em 27 anos, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) – considerado uma prévia da inflação oficial do país, registrou em abril a maior alta dos últimos 27 anos. O índice foi para 1,73%, um recorde para o mês que não era registrado desde 1995, segundo o IBGE. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo aumento no preço da gasolina (+7,51%), reflexo do reajuste no preço nas refinarias. Também subiram o óleo diesel (13,11%), o etanol (6,60%) e o gás veicular (2,28%). A alta acumulada atingiu pela primeira vez 12,03%. **Página 2**

NDTV

Carregamento de armas enviado pela Otan foi colocado fora de uso pela artilharia da Rússia, em Zaporozhya

Lula quer menos inflação e mais salário para “que povo viva melhor”

O ex-presidente Lula (PT) disse no 1º de Maio em São Paulo que com certeza “alguém melhor do que Jair Bolsonaro. “Temos que fazer uma luta incomensurável para que possamos reduzir a inflação” e transformar as perdas por conta dela “em aumento de salário para que o povo possa comer e viver melhor”, afirmou Lula. **Pág. 3**

“Otan bagunçou a Europa e agora quer desordenar o mundo”, diz China

“A Otan bagunçou a Europa, açulou conflitos na região Ásia-Pacífico e quer até desordenar o mundo”, alertou, em pronunciamento, o porta-voz do Ministério do Exterior da China, Wang Wenbin. Ele acusou ainda a Otan de ter semeado guerras e tacado bombas sobre Estados soberanos. **Pág. 7**

Biden despeja US$ 33 bilhões na Ucrânia para fomentar a guerra

Valor equivale a 7 vezes o orçamento militar anual ucraniano. Otan banca o conflito

O presidente dos EUA, Joe Biden, pediu ao Congresso mais US$ 33 bilhões para o que o chanceler russo Sergei Lavrov chamou de “guerra por procuração da OTAN contra a Rússia” na Ucrânia. O volume de recursos é cerca de 7 vezes superior ao orçamento militar ucraniano anual. O que significa que EUA/Otan, em termos de armamentos, estão representando uma agressão militar, contra a Rússia, de 7 Ucrânias. Praticamente secaram, segundo a Casa Branca, os US$ 3,5 bilhões já alocados para sustentar o regime de Kiev – frente à operação militar especial russa para proteger o Donbass da limpeza étnica, que já dura oito anos. Como especificou a Rússia, a operação também busca ‘desnazificar e desmilitarizar a Ucrânia”. **Páginas 6 e 7**

“São anomalias graves”, reage Pacheco a atos golpistas de Jair

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse no domingo (1) que manifestações com pautas antidemocráticas, com pedidos de intervenção militar e fechamento do STF (Supremo Tribunal Federal), são “anomalias graves”, numa referência aos atos golpistas convocados por Bolsonaro e realizados no domingo. “Esses atos são uma tentativa de ofuscar a essência do dia 1º de maio, data em que se comemora o Dia do Trabalhador”, afirmou Pacheco. **Página 3**

Campanha contra a carestia ganha as ruas nas capitais

Pág. 5

Inflação de Bolsonaro registra a maior alta dos útimos 27 anos

Prévia da inflação de abril (IPCA-15) acelera para 1,73%, maior para o mês desde 1995, segundo o IBGE. Aumento acumulado no período de doze meses atinge 12,03%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) – considerado uma prévia da inflação oficial do país, registrou em abril a maior alta dos últimos 27 anos.

Divulgado na manhã desta quarta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a variação da cesta de preços foi de 1,73%, com alta acumulada atingindo pela primeira vez 12,03%.

Gasolina, alimentos e custos com habitação – cujos preços não dão tréguas há meses – foram os principais responsáveis pela inflação do mês.

Após mega-aumento promovido pela direção da Petrobrás nas refinarias com o aval do governo federal, a inflação da gasolina foi de 7,51%, acumulando mais de 30% nos últimos 12 meses. Altas acentuadas no diesel (+13,11%), etanol (+6,6%) e gás veicular (+2,28%) também elevaram a alta dos custos da categoria de transportes em 3,43% na prévia do mês.

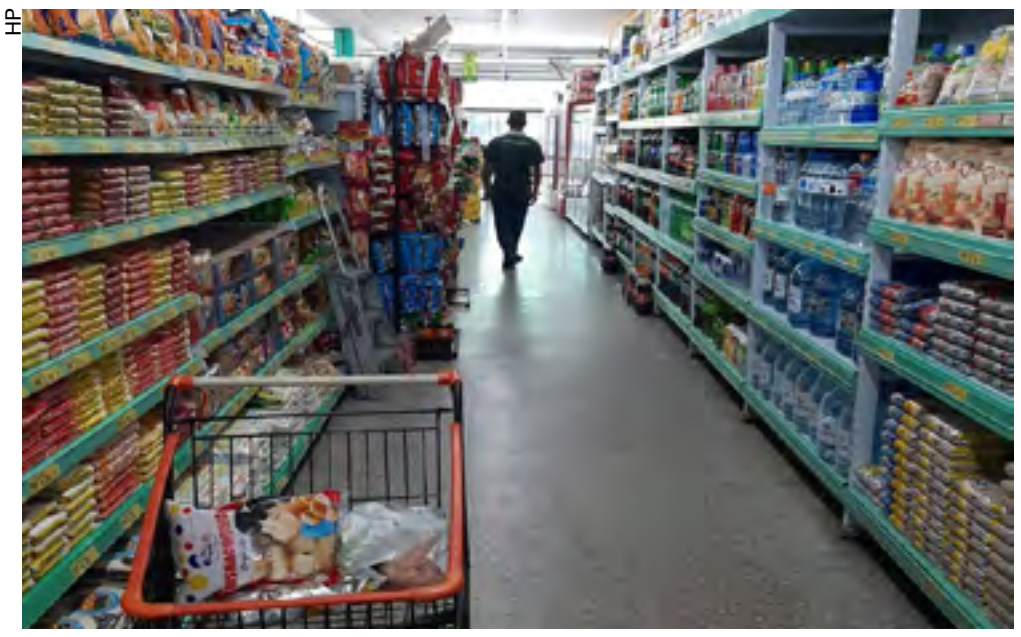
Houve altas ainda nos preços dos táxis (4,36%), nas passagens de metrô (1,66%) e dos ônibus urbanos (0,75%).

O item Alimentos e bebidas, que responde por maior parte da composição do IPCA, voltou a acelerar e não foi pouco, com variação de 2,25% na prévia. Já vivendo em condições de aperto, os brasileiros enfrentam cada dia mais dificuldades de colocar comida no prato. Produtos indispensáveis como tomate (+26,17), leite longa vida (12,21%), cenoura (+15,05%), óleo de soja (+11,47%), batata inglesa (+9,86%) e o pão francês (+4,36%) passaram a pesar ainda mais nas despesas.

Para entender a magnitude da inflação dos alimentos e seu peso principalmente no bolso dos mais pobres, em 12 meses, alta da cenoura chegou a quase 200% no acumulado em 12 meses, enquanto o tomate subiu 117% no mesmo período.

Pressionando os custos de habitação, os preços do gás de botijão, encanado e da energia elétrica, que deveriam ser administrados pelo poder público, dispararam novamente em abril. O botijão de 13 kg está 8,09% mais caro este mês e já acumula alta de 32,45% no ano. O gás encanado subiu 3,31% e a energia elétrica teve alta de 1,92% no mês e de 30,16% em 12 meses – apesar de a escassez hídrica não ser mais um argumento para a promoção de aumentos.

HP



O item Alimentos e bebidas voltou a acelerar com variação de 2,25%

Grupo	Variação Mensal (%)		Impacto (p.p.)	
	Março	Abril	Março	Abril
Índice Geral	0,95	1,73	0,95	1,73
Alimentação e bebidas	1,95	2,25	0,40	0,47
Habitação	0,53	1,73	0,09	0,28
Artigos de residência	1,47	0,94	0,06	0,04
Vestuário	0,95	1,97	0,04	0,09
Transportes	0,68	3,43	0,15	0,74
Saúde e cuidados pessoais	1,30	0,47	0,16	0,06
Despesas pessoais	0,44	0,52	0,04	0,05
Educação	0,14	0,05	0,01	0,00
Comunicação	0,04	-0,05	0,00	0,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

Renda cai 8,7% e desemprego segue elevado

Em meio à inflação generalizada no governo Bolsonaro, que atingiu o maior índice dos últimos 27 anos, a renda média do brasileiro continua em queda em março, segundo a Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nesta sexta-feira (29). A renda média, ou seja o rendimento médio habitual recebido de todos os trabalhos, por mês, caiu 8,7% no primeiro trimestre deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado.

A massa de rendimento real habitual (R$ 237,7 bilhões) não teve variação significativa em relação ao início do ano passado,, confirmando o empobrecimento cada vez maior da população brasileira, particularmente da população mais pobre. Assim como o trabalho precário no país mantém-se em patamar elevado, deixando no abandono milhões de brasileiros sem qualquer direito trabalhista.

11,2 MILHÕES DE DESEMPREGADOS

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,1% no primeiro trimestre de 2022, na comparação com o terceiro trimestre de 2021. Ao todo, são 11,9 milhões de brasileiros desempregados. A população ocupada com algum trabalho foi estimada em 95,3 milhões, uma queda de 0,5% na comparação com o trimestre anterior, o que significa 472 mil pessoas a menos no mercado de trabalho, de acordo com instituto.

"Se olharmos a desocupação em retrospecto, pela série histórica da pesquisa, podemos notar que, no primeiro trimestre, essa população costuma aumentar devido aos desligamentos que há no início do ano. O trimestre encerrado em março se diferiu desses padrões", afirmou a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, sobre uma expectativa de recuperação que não se confirmou.

Com a economia estagnada, sem investimentos públicos e os juros elevados desestimulando os investimentos privados, são 26,8 milhões de Brasileiros que buscam emprego no país – pessoas alocadas na chamada taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui: os desempregados, os subocupados (que trabalham menos de 40 horas semanais) e a força de trabalho potencial (pessoas que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram, mas não estavam disponíveis para trabalhar).

O trabalho precário – e por consequência, de baixa remuneração – se mantém em patamares elevados no primeiro trimestre de 2022. A taxa de informalidade, que inclui os populares "bicos", foi de 40,1% da população ocupada, ou 38,2 milhões de trabalhadores informais.

O número de trabalhadores por conta própria (os empreendedores por necessidade, ou para ser mais claro, a turma do se vira como puder), aumentou 7,3%, mais 1,7 milhão de pessoas no primeiro trimestre de 2022 frente ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, são 25,3 milhões de pessoas no país trabalhando por conta própria.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (excluindo os trabalhadores domésticos) apresentou uma alta de 1,1% (mais 380 mil pessoas) ante o trimestre anterior e de 10,7% na comparação anual (mais 3,4 milhões de pessoas). Ao todo, são 34,9 milhões de pessoas no país trabalhando com carteira assinada.

Já o número de empregados sem carteira assinada no setor privado subiu 19,3% (são 2 milhões de pessoas), frente a igual período de 2021. Ao todo, são 12,2 milhões de pessoas no país trabalhando sem carteira assinada.

Brasil tem a 9ª maior taxa de desemprego do mundo

No ranking da agência de classificação de risco Austin Rating, elaborado a partir das novas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), com 102 países, o Brasil aparece entre as piores estimativas de desemprego para o ano de 2022. Na 9ª colocação, com uma taxa de 13,7%, o Brasil supera a média global prevista para o ano, de 7,7%, e da taxa dos países emergentes, de 8,7%. Entre os membros do G20, nosso país fica com a segunda colocação, atrás da África do Sul (35,2%).

Os oitos países com as taxas de desempregos maiores que o Brasil, além da África do Sul, estão Sudão (30,2%), Cisjordânia e Faixa de Gaza (25,7%), Armênia (19,5%), Geórgia (18,5%), Bósnia-Herzegovina (15,7%), Macedônia do Norte (15,7%) e Bahamas (13,9%).

O levantamento da Austin também mostra que o Brasil registrou a 16ª pior taxa de desemprego do planeta em 2021. No ano anterior, o país ficou na 22ª posição no ranking.

Em meio ao abandono dos investimentos públicos, de juros elevados, inflação generalizada dos preços, e um violento arrocho sobre a renda – agravada pela decisão do governo Bolsonaro de nem reajustar os salários dos funcionários públicos durante seu governo de acordo com a inflação – a atividade econômica não consegue reagir para derrubar o desemprego, que no trimestre encerrado em dezembro atingiu 12 milhões de brasileiros.

Neste intervalo de tempo, havia ainda 27,3 milhões de brasileiros em busca de trabalho no país – pessoas alocadas na chamada taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui: os desempregados, os subocupados (que trabalham menos de 40 horas semanais) e a força de trabalho potencial (pessoas que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram, mas não estavam disponíveis para trabalhar).

Por outro lado, quando a economia vai mal, a ocupação que cresce é o trabalho precário. A taxa de informalidade, que inclui os populares bicos, ficou em 40,2%, chegando a 38,3 milhões de trabalhadores informais, no trimestre móvel de dezembro a fevereiro. Em contrapartida, o rendimento médio real habitual recebido de todos os trabalhos, por mês, pelos trabalhadores recuou 8,8%, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

Neste mês, em seu relatório de expectativas para a economia global, o FMI passou a projetar uma alta do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, que passou de 0,3% para 0,8% neste ano. Números não muito distantes das projeções que o mercado financeiro brasileiro apontou no início desta semana (26). Segundo o Boletim Focus do Banco Central (BC), a economia brasileira este ano deve crescer apenas 0,65%.

O economista José Luis Oreiro, em entrevista recente ao HP, destaca que a política do Banco Central (BC), de elevar os juros para combater uma inflação que não é de demanda, está arrastando o Brasil para recessão.

"Elevar os juros não vai ter nenhum impacto sobre a inflação", disse Oreiro, ao ressaltar que "o Banco Central [do Brasil] é um dos poucos bancos centrais do mundo que está elevando a taxa de juros num contexto de choque de oferta importado".

"O banco central norte-americano [Federal Reserve] só aumentou marginalmente a taxa de juros, em 0,25%. O Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em menos 0,5%. Então, há um consenso entre os países desenvolvidos de que o problema inflacionário atual não pode ser resolvido pelos instrumentos tradicionais de política monetária. E que, se você elevar a taxa de juros, você só vai agravar o problema da recessão sem resolver o problema da inflação", resumiu o professor do Departamento de Economia da UnB.

Divulgação Petrobrás

Governo autoriza aumento de 19% no gás encanado

A direção da Petrobrás, com a anuência do governo Bolsonaro, autorizou o aumento de 19% no preço de venda do gás natural para as distribuidoras, que começa a valer a partir deste domingo (1).

Conhecido popularmente por gás encanado, o produto é fonte de energia para diversos setores da indústria, comércio, além do GNV (gás natural veicular) usado por taxistas e motoristas de aplicativos.

Em 12 meses até abril, o gás encanado acumula alta de 35,10%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) do IBGE. Já a alta do GNV chega a 46,26%.

A Petrobrás responde por cerca de 85% do fornecimento às distribuidoras. O ajuste foi feito em relação ao trimestre fevereiro-março-abril e tem como base principal a política de atrelar os preços dos combustíveis produzidos no Brasil ao dólar e à cotação do barril do petróleo no mercado internacional.

Segundo a Associação Brasileira dos Consumidores de Energia (Abrace), a alta de 19% chegará para os consumidores finais com variações distintas. O repasse depende das legislações estaduais para o setor. Em alguns Estados, é imediato, e em outros, só ocorre nas datas de reajustes tarifários anuais. Mas a Abrace estima que as tarifas para a indústria subam, em média, 9%.

No Rio, a Naturgy é a responsável pela distribuição de gás encanado às residências, comércios às indústrias, além dos postos de GNV. A concessionária já anunciou que as tarifas residenciais (com consumo de 7 metros cúbicos por mês) vão aumentar em 6,8%, e as comerciais (400 metros cúbicos por mês) em 7,05%. Para a indústria, o aumento será de 18,52%.

No caso dos clientes que moram no interior do Estado (Ceg Rio), o reajuste será de 8,78% para residências, 10,16% para comércios e 19,25% para indústrias.

Já o aumento na distribuição do GNV aos postos será de 19,58% na Região Metropolitana e de 19,76% no interior.

No final do ano passado, a direção da Petrobrás assinou novos contratos com as distribuidoras, o que impactou no aumento do preço do gás. Em fevereiro, o preço médio de venda do combustível às distribuidoras subiu 12%.

O GNV, por exemplo, saltou 8,7% desde o fim de 2021, chegando a custar, em média, R$ 4,754 por metro cúbico na semana passada, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

Em São Paulo, a alta no combustível realizada em fevereiro ainda não foi repassada aos consumidores. A Abrace estima que o consumidor industrial sofrerá um aumento de 18% em junho, quando é feito o reajuste anual das tarifas da Comgás.

Eis o "choque de energia barata", prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, logo no início do governo Bolsonaro. Guedes aprovou no Congresso a quebra do monopólio da Petrobrás no gás, prometendo que o aumento da competição poderia reduzir em até 50% o preço do combustível. No entanto, a realidade é que o preço do gás continua nas alturas.

No caso dos produtores privados, Abrace projeta que o contrato da Shell com a Bahiagás, por exemplo, terá alta de 28%. Mas como a empresa tem outros fornecedores, o aumento médio de seu custo de aquisição de gás será de 12%.

Gás de cozinha consome quase 10% do mínimo

Para comprar um botijão de gás no Brasil, as famílias já têm que comprometer quase 10% do salário mínimo. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o botijão de 13 kg foi vendido, em média, por R$ 113,24 na última semana – alcançando o maior valor real pela comercialização do item da série histórica. Em ao menos 17 estados, o preço supera a média nacional e compromete ainda mais a renda dos brasileiros.

Considerando a média, o valor equivale a 9,3% do mínimo atual, de R$ 1.212. Com a inflação disparando de forma generalizada e atingindo sobretudo o preço dos alimentos, viver de forma digna passa a ser impraticável, principalmente para os mais pobres.

Segundo o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15), a inflação do gás de cozinha na prévia do índice mensal foi de 8,09% em abril, com alta acumulada de 32,45% em 12 meses. O índice geral computou também a maior inflação para o mês dos últimos 27 anos, com variação de 1,78%, que em 12 meses faz a variação de preços ser de +12,09%. Os alimentos tiveram, em média, aumento de 2,25% no mês.

A carestia generalizada, propulsionada inclusive pelos preços administrados, se soma ao desemprego e arrocho nas rendas e contribui para elevar o nível de pobreza do país. Desde 2018, o uso da lenha para cozinhar já supera o do GLP, o popular gás de cozinha. Em 2020, o consumo da lenha já superava o do botijão em 7%. Também passou a ser comum vermos notícias nos jornais de pessoas que, sem dinheiro para o botijão, foram vítimas de acidentes domésticos pelo uso de álcool para cozinhar.

VALE GÁS NÃO COMPRA NEM A METADE DO BOTIJÃO

Uma das principais promessas de campanha de Bolsonaro era entregar gás a R$ 40. Ele não só não cumpriu como foi o responsável por mais que dobrar o preço do botijão de gás. O programa Auxílio Gás, recém-lançado pelo seu governo para custear o gás para as famílias de baixa renda é uma vergonha: não banca nem a metade do preço de um botijão, com um benefício de R$ 51 – aproximadamente 44,5% do preço.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br

Primeiro de Maio: contra carestia, desemprego e por 'Fora Bolsonaro'

Reprodução - TVT

Lula em discurso no ato do Primeiro de Maio

Lula quer redução da inflação e "aumento de salário" para "o povo comer e viver melhor"

O ex-presidente Lula (PT) disse que com certeza "alguém melhor do que Jair Bolsonaro vai ganhar as eleições" e que a prioridade do governo deve ser gerar empregos e aumentar os salários dos trabalhadores para recuperar o país.

O discurso foi feito na manifestação do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, realizado pelas centrais sindicais na Praça Charles Miller, em São Paulo.

Lula afirmou que "temos que fazer uma luta incomensurável para que possamos reduzir a inflação" e transformar as perdas por conta dela "em aumento de salário para que o povo possa comer e viver melhor".

"Quando a inflação cresce, o salário diminui. Significa que o carrinho de compras que vocês vão fazer tem menos coisas. Significa que na mesa, na hora do almoço e na hora da janta, tem menos coisas para vocês e para a família de vocês comerem", discursou.

O resultado disso é que o Brasil tem, hoje, "19 milhões de pessoas passando fome e 116 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar", continuou o ex-presidente.

Segundo o Lula, "estamos precisando financiar mais casa para gerar mais emprego, a gente tem que recuperar a Petrobrás, não podemos deixar privatizar a Eletrobrás, porque se ela for privatizada nunca mais vamos ter um programa como o Luz para Todos levando energia para o povo pobre".

O ex-presidente contou que alguns setores tentaram impedir que seu governo fizesse aumentos reais no salário mínimo, alegando que isso traria inflação e outros problemas econômicos, o que não se realizou.

"O salário mínimo tinha aumento real todo ano, além de recuperar a inflação, dávamos o crescimento do PIB do ano anterior. Isso fez com que o salário mínimo subisse 77% durante o meu governo", prosseguiu.

Para ele, foi "uma demonstração de que se pode, sim, aumentar o salário mínimo. Acontece que foram poucos os governos que, depois de Getúlio Vargas, tiveram coragem de discutir o aumento do poder aquisitivo do povo brasileiro".

Lula disse que, caso seja eleito, vai conversar com os sindicatos para "restabelecer as condições de trabalho e o respeito aos direitos dos trabalhadores".

Falou ainda que pretende "discutir com seriedade a questão da aposentadoria e dos benefícios dos trabalhadores, discutir com muito carinho a política de saúde e render todas as homenagens ao SUS, porque se não fosse o SUS teria morrido mais de um milhão de pessoas neste país" pelo coronavírus.

O ex-presidente Lula chamou Jair Bolsonaro de "fascista" e "genocida" pela negligência no combate à pandemia. O próximo presidente vai "pegar um país destruído", pontuou.

Um plano de reconstrução nacional, disse, deve passar pelo diálogo com os trabalhadores e com os estudantes. "Vamos voltar a ser um país civilizado, as instituições vão se respeitar, a sociedade não vai ficar brigando dentro de casa".

DESCULPAS AOS POLICIAIS

No começo de seu discurso, Lula pediu desculpas aos policiais brasileiros pela fala, feita na sexta-feira (30), de que "Bolsonaro só gosta de policial, não gosta de gente".

Lula disse que sua intenção era, na verdade, falar que "Bolsonaro só gosta de miliciano, não gosta de gente".

"Quero aproveitar e pedir desculpas para os policiais deste país porque muitas vezes [eles] cometem erros, mas muitas vezes salvam muita gente do povo trabalhador. Nós temos que tratá-los como trabalhadores do nosso país".

Divulgação

Ato em comemoração ao Dia do Trabalhador aconteceu no Estádio Pacaembu

Atos em defesa dos trabalhadores, contra a carestia e o desemprego pelas capitais

Manifestantes protestaram nesse 1º de Maio em todo o país por emprego, contra a carestia, em defesa da democracia e direitos. Em todo o Brasil, os manifestantes portavam faixas e cartazes contra Bolsonaro.

No Rio de Janeiro, o ato organizado pelas centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos, aconteceu no Aterro do Flamengo e reuniu lideranças políticas como o deputado federal Marcelo Freixo (PSB), o deputado federal Alessandro Molon (PSB), a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB), o vereador Lindbergh Farias (PT), entre outras.

Portando faixas que pediam a saída do presidente como "Fora Bolsonaro fascista" e "Chega de fome e corrupção", os trabalhadores também protestaram em diversos pontos de Brasília na manhã deste domingo.

Além das críticas a Bolsonaro, os atos foram marcados pelos protestos contra a alta taxa de desemprego, a inflação que já atinge mais de 12%, os ataques aos direitos trabalhistas e sociais e a queda da renda dos trabalhadores.

Em Salvador, os manifestantes se reuniram no Farol da Barra. Dois trios ficaram parados na região para o evento que contou com personalidades políticas e representantes de esquerda na Bahia.

Estiveram presentes personalidades como as deputadas federais Lídice da Mata (PSB) e Alice Portugal (PC do B), a deputada estadual Olívia Santana e nomes da Câmara Municipal de Salvador como Maria Marighella (PT), Marta Rodrigues (PT) e Augusto Vasconcelos (PC do B).

O evento foi finalizado com show de Margareth Menezes e Jau.

Em Belo Horizonte, os manifestantes se concentraram desde às 9h na Praça Afonso Arinos. Portando faixas com os dizeres "Fora Bolsonaro" e "Lula Presidente", os manifestantes, os representantes das centrais sindicais, movimentos sociais e partidos discursaram contra a reforma trabalhista, o desemprego, a carestia e a precarização do trabalho. De lá eles seguiram até a Praça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para a Feira Agroecológica do Movimento dos Sem Terra (MST).

As centrais CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Intersindical (Central da Classe Trabalhadora) e o Coletivo Sindical e Popular Travessia e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas organizaram o ato de protesto em Fortaleza (CE), que começou pela manhã.

Em Natal (RN), o protesto organizado pelas centrais sindicais e partidos políticos aconteceu na Praça das Flores, no bairro de Petrópolis, e teve início às 9h.

Além do "Fora Bolsonaro", os manifestantes também protestaram contra a alta do custo de vida, do preço da gasolina e do gás de cozinha.

Presidente do Senado diz que atos golpistas de Jair Bolsonaro "são anomalias graves"

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse neste domingo (1) que manifestações com pautas antidemocráticas, com pedidos de intervenção militar e fechamento do STF (Supremo Tribunal Federal), são "anomalias graves", numa referência aos atos golpistas convocados por Bolsonaro neste domingo.

O senador criticou a tentativa de Bolsonaro de manipular uma data tão importante para os trabalhadores. "Esses atos são uma tentativa de ofuscar a essência" do dia 1º de maio, data em que se comemora o Dia do Trabalhador, prosseguiu Pacheco. "As comemorações do 1º de Maio são manifestações populares que expressam a vitalidade da Democracia", destacou.

"Um direito sagrado, que não pode ser frustrado, agrade ou não as instituições. O 1º de maio sempre foi marcado por posições e reivindicações dos trabalhadores brasileiros. Isso serve ao Congresso, para a sua melhor reflexão e tomada de decisões", destacou o presidente do Congresso Nacional. "Mas manifestações ilegítimas e antidemocráticas, como as de intervenção militar e fechamento do STF, além de pretenderem ofuscar a essência da data, são anomalias graves que não cabem em tempo algum", completou.

Esvaziados, os atos convocados por Bolsonaro procuraram dar legitimidade ao decreto inconstitucional que indultou o deputado fascista Daniel Silveira, que foi condenado pelo STF por atacar a Constituição e a democracia e ameaçar de morte ministros do STF. Não por outro motivo, eles estavam repletos de faixas e cartazes pregando o golpe de Estado, a volta do AI-5, o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, a perseguição aos comunistas e outras ilegalidades.

Bolsonaro entrou mudo e saiu calado no ato desastroso do criminoso Silveira em Brasília

O ato convocado por Jair Bolsonaro (PL), neste domingo (1º), em Brasília para atacar o STF (Supremo Tribunal Federal) e desagravar o deputado condenado Daniel Silveira (PTB-RJ) foi um fiasco. A manifestação estava esvaziada.

O presidente da República que promove e estimula manifestações contra os poderes constituídos chegou ao local por volta das 11h30 e cumprimentou apoiadores.

"[Vim] cumprimentar o pessoal que está aqui na manifestação pacífica em defesa da Constituição, da democracia, e da liberdade. Então parabéns a todos de Brasília, bem como todos brasileiros que hoje estarão nas ruas", disse em 'live' aberta nas redes sociais dele.

O presidente não fez discurso no ato em Brasília.

Aliados do presidente, principalmente do Centrão, defendiam que ele não participasse dos atos em desagravo ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) neste domingo, por temor de discursos radicalizados que possam acentuar a crise entre os Poderes.

Integrantes do Legislativo e do Judiciário, com ou sem a presença do chefe do Executivo, temiam que as manifestações pudessem reeditar os atos de raiz golpista de 7 de Setembro do ano passado.

Os discursos nos carros de som na Esplanada criticaram o STF, em especial o ministro Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos que tem Bolsonaro e os aliados dele como alvo – como é o caso do Inquérito das Fake News.

Depois de Brasília, fracassou também o ato golpista de Bolsonaro contra o STF em SP

Nada funcionou direito nos planos de Bolsonaro para este primeiro de maio. Mesmo tendo feito um grande esforço, inclusive usando ilegalmente a máquina pública, para convocar seus seguidores a apoiá-lo e ao seu deputado condenado, fracassaram os atos eleitorais de Brasília e de São Paulo. Nem a transmissão de sua mensagem no telão aos paulistas funcionou. Deu pane no som.

Sem nada para apresentar ao trabalhador a não ser as altas taxas de desemprego, arrocho salarial, miséria e inflação descontrolada, Bolsonaro balbuciou frases soltas sem sentido e interrompidas pela falha do som. "Eu irei onde vocês estiverem, estarei sempre ao lado da população brasileira", disse. Seus assessores escreveram essa mensagem, que não podia ser muito extensa, para ele não dizer as besteiras que está acostumado e, depois, ter que pedir desculpas, como ocorreu no "7 de Setembro" do ano passado.

Na mesma linha de não ter soluções para o Brasil, se limitou a dizer que seu governo acredita em Deus. Deve ser por isso que seus integrantes andam armados e saem dando tiros em aeroportos do país. Logo depois de rasgar a Constituição para acoitar o deputado condenado que ameaçou cortar a cabeça de Alexandre de Mores, ele disse que saudava uma "manifestação em defesa da Constituição".

Ou seja, além de não ter nada a dizer ao povo brasileiro, Bolsonaro não tem o menor compromisso com a verdade. É ele que está querendo rasgar a Constituição.

Nenhuma figura política com algum peso apareceu na Avenida Paulista. Não parecem animados, nem com a campanha e nem com os arroubos golpistas do "mito".

As faixas e cartazes carregadas pelos bolsonaristas repetiam as ameaças criminosas de Daniel Silveira ao Supremo Tribunal Federal.

"TSE é um partido político inimigo do Brasil", dizia um deles. "Juízes da Suprema Corte são bandidos", dizia outro. "Solução é o AI-5!" e assim por diante. Esse é o pessoal que Bolsonaro diz "ser do bem que vai vencer o mal".

Daniel Silveira é um deputado fascista que foi condenado, por dez votos a um, pelo plenário do Supremo a oito anos e nove meses de prisão por ameaçar a vida de ministros do Supremo Tribunal Federal. Em um de seus vídeos, Silveira convoca as pessoas para invadir o STF para cortar a cabeça do ministro Alexandre de Moraes e colocá-la numa lata de lixo. No dia seguinte à condenação, Jair Bolsonaro desrespeitou a Constituição e deu um indulto ao deputado.

Ato foi realizado em frente ao Estádio Pacaembu, em São Paulo, e condenou a piora das condições de vida da população. Apontou que a derrota de Bolsonaro nas eleições de outubro é fundamental para a reconstrução do país. Atos aconteceram em várias capitais do país.

O Dia do Trabalhador voltou a ser celebrado nas ruas de todo o país. Sob o lema "Emprego, Direitos, Democracia e Vida", o 1º de Maio deste ano é marcado pelo retorno do povo às ruas após a pandemia de Covid-19. Os atos que foram realizados em diversas capitais do país defenderam urgência na luta contra a piora das condições de vida da população, a carestia e o desemprego, agravados sob o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Em São Paulo (SP), o ato foi realizado pelas centrais sindicais Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral de Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Intersindical Central da Classe Trabalhadora e Pública Central do Servidor. A tradicional programação cultural contou com os artistas Daniela Mercury, Francisco El Hombre, Leci Brandão, Dexter e DJ KL Jay.

O ato realizado na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, contou com participação popular abaixo do esperado pelos organizadores. O evento reuniu dirigentes sindicais, lideranças de movimentos sociais e de moradia, além de parlamentares e representantes de partidos políticos de esquerda.

Diferente dos anos anteriores, autoridades políticas e representantes de outras forças políticas do campo progressista também não compareceram às comemorações convocadas pelas centrais sindicais.

O ato contou com a presença do pré-candidato à presidência e líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, que discursou aos presentes, levantando a defesa do emprego e a recuperação salarial como prioritárias para os trabalhadores, caso seja eleito para um novo mandato.

"Alguém melhor do que Jair Bolsonaro vai ganhar as eleições"

Segundo Lula "com certeza alguém melhor do que Jair Bolsonaro vai ganhar as eleições". O ex-presidente chamou Jair Bolsonaro de "fascista" e "genocida" pela negligência no combate à pandemia que deixou mais de 630 mil mortos no país.

Para ele, foi "uma demonstração de que se pode, sim, aumentar o salário mínimo. Acontece que foram poucos os governos que, depois de Getúlio Vargas, tiveram coragem de discutir o aumento do poder aquisitivo do povo brasileiro".

Lula disse que, caso seja eleito, vai conversar com os sindicatos para "restabelecer as condições de trabalho e o respeito aos direitos dos trabalhadores".

"A miséria e a fome voltaram à realidade do povo, condena Sérgio Nobre, da CUT

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, disse que é preciso enfrentar o momento de crise que o governo Bolsonaro faz com o povo brasileiro com unidade de todo mundo.

"O Brasil vive o seu pior momento. Mais de um terço da população ou está sem trabalho ou tem um emprego que mal chega em um salário mínimo para comprar comida para a família. Novamente a miséria e a fome que estavam erradicadas no nosso país há até pouco tempo, no final do governo do presidente Lula, voltou e as famílias estão dormindo nas calçadas, famílias despejadas de suas casas, também no campo, com a agricultura familiar sendo expulsa da terra. A miséria voltou a campear em todas as capitais do país. Então o momento é muito grave. E enfrentar esse momento precisa da unidade de todo mundo. Essa é a grandiosidade do ato aqui. Está sangrando ainda no povo brasileiro as mais de 660 mil mortes por irresponsabilidade do governo Bolsonaro", declarou Nobre ao HP.

"A saída é a luta, é a organização, e tem que ser uma luta unitária de todo mundo que é decente nesse país, de todo mundo que entende que o país precisa mudar de rumo. Nossa esperança é o presidente Lula. Todas as centrais aqui têm isso muito claro que esse é um momento para o presidente. Estamos a cinco meses da eleição da nossa vida. É vencer ou vender. O recado que queremos dar aqui na Praça Charles Miller para o Brasil e para o mundo é que nós não aceitamos mais o Bolsonaro, o Brasil precisa mudar de rumo e o recado é o da unidade", continuou Sérgio Nobre.

Adilson: "Vamos derrotar Bolsonaro e reconstruir o país"

Para o presidente da CTB, Adilson Araújo, os trabalhadores deverão lutar para derrotar Bolsonaro nas eleições e pela reconstrução do país.

"A luta que nós devemos cravar, sobretudo no ano de eleição, é a bandeira do emprego, dos direitos, da democracia e da vida. E isso certamente vai exigir um programa de reconstrução do país. A construção de uma frente ampla do campo popular para fazer valer uma derrota ao Bolsonaro e ao bolsonarismo. E do ponto de vista das condições de trabalho e das condições de vida do povo trabalhador", disse.

"Esse governo não tem aptidão nenhuma para um projeto de desenvolvimento de nação. Não há razões e nem tão pouco se deve esperar que esse governo adote políticas para retomar as grandes obras de infraestrutura. O investimento no sentido de fortalecer a saúde, a educação, a moradia pública... Ao contrário. É um governo lambe botas, um governo que faz a opção por beneficiar os ricos e o rentismo. A maior prova disso é que o desemprego cresce", continuou Adilson.

Mudar o país, defende Miguel da Força Sindical

O presidente da Força Sindical Miguel Torres, afirmou que é preciso aproveitar as eleições que se aproximam para mudar a realidade do país, em que a carestia acomete a população, é preciso tirar o atual governo.

"É um ano eleitoral e é um ano que nós podemos mudar o que o Brasil está passando hoje. Nós levaremos esse debate para a população. Quem acha que está tudo bem, que vote em quem quiser. Agora, quem acha que está errado, está mal, que o Brasil está indo pro buraco e não dá mais pra comprar botijão de gás, carnes, legumes, da qual a inflação tornou impossível a nossa sobrevivência praticamente, é preciso mudar e a mudança é esse ano, onde o nosso voto tem o mesmo peso do voto do rico, do latifundiário. Então está na nossa mão, na mão dos trabalhadores e trabalhadoras, que são a maioria da população e tem que mudar essa situação", disse.

Unidade pelo Fora Bolsonaro, afirma Patah da UGT

O presidente da UGT Ricardo Patah afirmou que as centrais estão unificadas em torno do Fora Bolsonaro e continuou dizendo que será lançada uma cartilha para que o trabalhador vote em trabalhador.

"Hoje, a carestia é uma realidade terrível, muita gente morrendo de fome, mesmo com o Brasil rico, um Brasil com o agronegócio fantástico, minério, um povo maravilhoso, pode hoje morrer de fome. Não há dúvida que hoje é um dia de referendar uma data histórica, mas mostrarmos indignação. Temos alguns procedimentos muito unificados, o primeiro é Fora Bolsonaro, não há nenhuma divergência nesse tema em todas as centrais, todos que estão falando e falaram é Fora Bolsonaro", disse.

"Outra questão é fundamental nós despertarmos entre nós a participação na política na Câmara dos Deputados, na assembleia, porque lá no parlamento nós estamos apanhando feio desse mercado, desse governo liberal, trazendo uma série de adversidades e tirando uma série de direitos. Nos compete a partir de agora, na cartilha que estamos lançando hoje, quem está nos ouvindo, quem está lendo, fique ciente e consciente que essa cartilha é trabalhador vote no trabalhador, através desta cartilha, desse trabalho que vamos fazer já, nós vamos mudar o Brasil", concluiu Patah.

Bira: todos contra Bolsonaro

Para Ubiraci Dantas – Bira, da CTB, a questão dos trabalhadores hoje é a derrocada de Bolsonaro, em defesa da democracia, da vida e do desenvolvimento nacional.

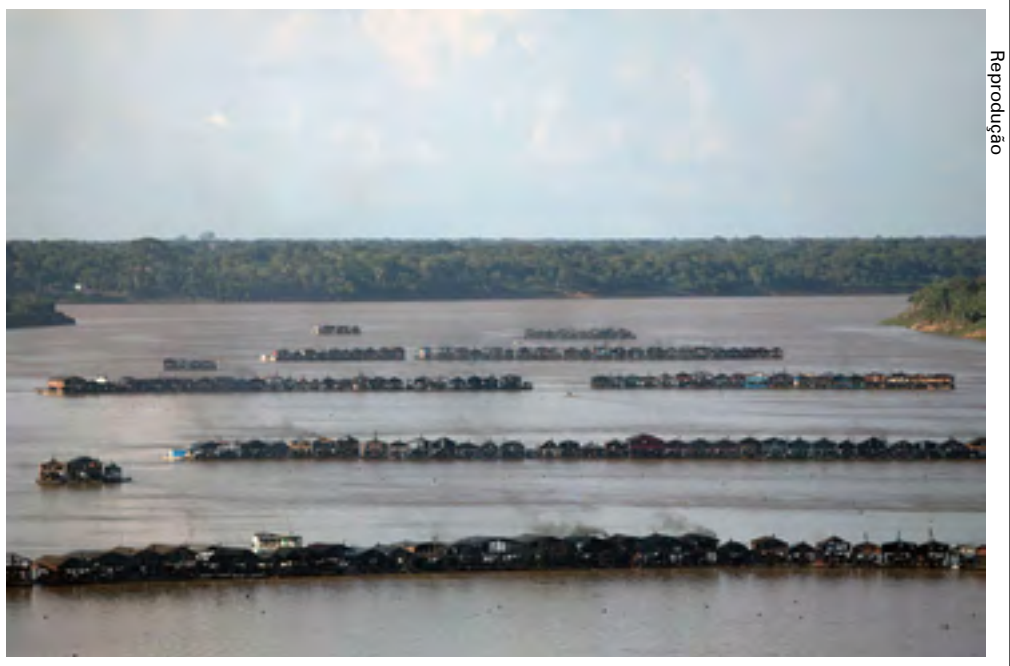
"É preciso unir todos os democratas contra o Bolsonaro. Nós temos que abrir os braços, estender as mãos para aqueles que queiram derrotar o fascismo. Nós temos que combinar a defesa da democracia, da vida com o desenvolvimento nacional, unir todo mundo nessa direção e pra começar, unir todos para derrubar Bolsonaro, construindo uma plataforma, com diretrizes para o desenvolvimento do Brasil", disse Bira.

Edson Índio, dirigente da Intersindical disse que é necessário lutar contra o desemprego, contra a carestia, a miséria e a fome no país.

"Importante a gente poder reunir os trabalhadores para defender os direitos, para dizer que a gente não aguenta mais pagar o que a gente está pagando na gôndola do supermercado, na bomba de gasolina, o preço dos alimentos. O desemprego brutal, Milhares de pessoas morando nas ruas e, enquanto isso, o Bolsonaro tenta desviar atenção da população com Daniel Silveira e atacando o STF. Precisamos falar daquilo que interessa, que é a vida do povo, que é a inflação, que é a fome, que é a miséria que está crescendo no Brasil", disse.

STF considera ilegais decretos de Bolsonaro contra Meio Ambiente

Ministros rejeitaram normas publicadas pelo governo que retiram representantes da sociedade e governadores de conselhos consultivos sobre o Meio Ambiente



Reprodução

Governo Bolsonaro incentiva garimpo ilegal e desmatamento das florestas

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou na tarde desta quinta-feira (28) a inconstitucionalidade de três decretos ambientais assinados por Jair Bolsonaro (PL). Por maioria, os ministros invalidaram três normas que, segundo decisão, violam a Constituição, pois favorecerem o desmatamento das florestas brasileiras e impedem o levantamento de fundos de preservação da Amazônia.

Os ministros do STF votaram a favor da ação do partido Rede Sustentabilidade, que questionou os três decretos editados pelo Bolsonaro que, na avaliação da legenda, contribuem para o aumento do desmatamento no país.

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 651, pedia a derrubada do Decreto nº 10.224/2020, que retirava a participação de entidades representativas da sociedade civil do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O principal argumento foi o de que a medida provocou esvaziamento do fundo, criado no fim da década de 80 e considerado o primeiro grande mecanismo de financiamento ambiental da América Latina. A partir de agora, o conselho volta a ter a participação da sociedade civil.

Também foi invalidado o Decreto 10.239/2020, que excluiu a participação de governadores no Conselho Nacional da Amazônia Legal, e o Decreto 10.223/2020, que extinguiu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia.

Esse segundo tinha a atribuição de estabelecer as diretrizes e os critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, acompanhar as informações sobre a aplicação da verba e aprovar o relatório de atividades.

VOTOS

A sessão de quarta-feira iniciou-se com o voto do ministro Edson Fachin, que acompanhou integralmente a relatora. Para ele, o meio ambiente é um bem coletivo, e o Estado e a sociedade civil devem se ocupar de protegê-lo. O ministro lembrou ainda que o Brasil fez um compromisso internacional de proteção do meio ambiente e defendeu que a participação da sociedade civil é essencial para a gestão do meio ambiente, por isso, "é inconstitucional qualquer retrocesso a esse desenho normativo". E acrescentou que "não há nem tempo, em face das gerações futuras, nem espaço normativo, em face da Constituição, para retrocessos".

"É da natureza dos minipúblicos que se estabeleça quem serão seus representantes e as condições materiais para a sua efetiva participação, sendo que eventual desequilíbrio deve ser contornado por meio de ações afirmativas. E a fundamentalidade do direito ao meio ambiente equilibrado impõe a participação popular como princípio", disse.

O ministro Luís Roberto Barroso concordou integralmente com a relatora e fixou três teses de julgamento: "1. É inconstitucional norma que, a pretexto de regulamentar, exclui a participação da sociedade civil no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente. 2. O princípio federativo assegura aos Estados que compõem a Amazônia Legal o direito de representação no Conselho Nacional da Amazônia Legal. 3. É inconstitucional a extinção pura e simples do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, eliminando a participação de governadores e da sociedade civil no monitoramento das suas iniciativas".

Na sessão de 7 de abril, em seu voto, a relatora, ministra Cármen Lúcia, declarou inválidos os decretos do governo federal. Para isso, ela recebeu a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 651 como Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

A ministra também aceitou analisar a constitucionalidade em mais decretos do que o proposto inicialmente pelo partido político porque, em sua visão, as matérias a serem decididas são similares, sobretudo em relação à violação do pacto federativo e do princípio da precaução ambiental. Para a relatora, a participação popular vem sendo reduzida pela edição de decretos presidenciais em muitos conselhos por decisão do governo.

Os ministros Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes acompanharam a relatora. Para Lewandowski, os atos impugnados ofendem a Constituição de 1988 que preza pela democracia participativa em complemento à democracia representativa. Por isso, os decretos presidenciais violam o proposto pelo constituinte original.

O ministro André Mendonça acompanhou Cármen Lúcia quanto ao decreto que trata do FNMA e propôs a modulação dos efeitos para que ocorram após o julgamento e não possam retroagir. Ele não aceita a inclusão dos outros dois decretos no julgamento porque há outra ação em curso no Supremo (ADO 59) e também porque acredita que há violação à ampla defesa e ao contraditório, uma vez que a Advocacia-Geral da União (AGU) não se manifestou sobre os demais decretos.

DECRETOS ESVAZIAM OS CONSELHOS

As regras questionadas no STF entraram em vigor durante o governo Bolsonaro, que promoveu retrocessos inéditos nas políticas do setor. Como consequência, o Brasil vem batendo recordes de desmatamento nos biomas, principalmente na Amazônia.

O item da "pauta verde" em julgamento é a ADPF 651. O partido quer anular o Decreto Presidencial 10.224/2020, que alterou a composição do Conselho Deliberativo do FNMA.

Criado em 1989, o FNMA é administrado pelo governo federal e financia projetos que promovem o uso racional e sustentável de recursos naturais. O Conselho Deliberativo é o responsável por selecionar os projetos.

Até 2020, o Conselho era composto por 17 representantes, nove de organizações governamentais e oito da sociedade civil. Sob Bolsonaro, o órgão passou a ser composto apenas pelo ministro do Meio Ambiente e representantes da Casa Civil, Economia, Meio, Ibama, ICMBio, além do próprio MMA.

Com a alteração, foram excluídos do Conselho: Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (Abema), Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma), do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e mais um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

PACOTE VERDE

O STF está conduzindo o julgamento de diversas ações contra a política de incentivo ao desmatamento e à destruição das florestas pelo governo Bolsonaro. Há ainda outras quatro ações a serem analisadas em plenário – três de relatoria da ministra Cármen Lúcia e a última da ministra Rosa Weber.

A segunda ação na pauta é a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.148, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), contra a Resolução Conama nº 491, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre padrões de qualidade do ar.

Nessa linha, com o intuito de "evitar que se agrave o estado de inconstitucionalidade do sistema de proteção e controle da qualidade do ar", pede-se que seja declarada "inconstitucionalidade da resolução sem pronúncia de nulidade, com apelo ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, para que, em até 24 meses, edite norma com suficiente capacidade protetiva, corrigindo as distorções apontadas nesta ação e nos documentos que a acompanham, baseando-se em parâmetros objetivos já disponíveis na ciência médica".

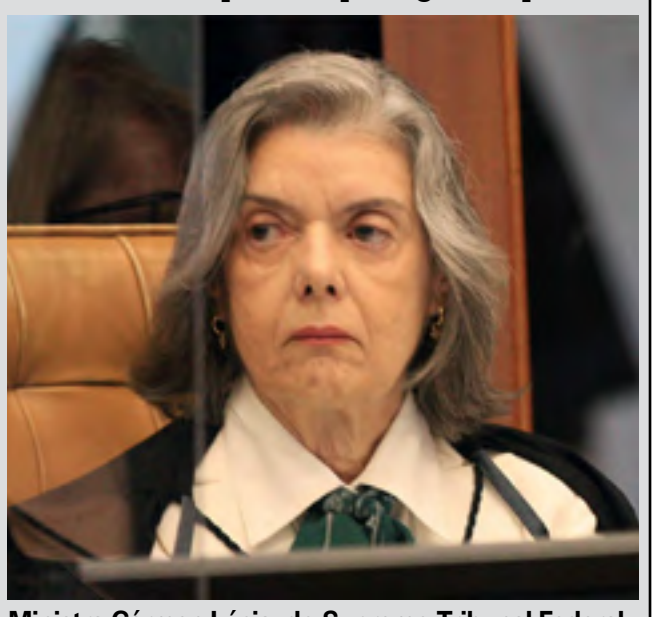
FACILIDADES

A ADI nº 6.808, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), trata de pedido de inconstitucionalidade das facilidades da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) sem análise humana, de alvará de funcionamento e licenças – inclusive licenciamento ambiental – para empresas enquadradas em atividade de grau de risco médio.

Está prevista ainda votação da ADPF nº 735, que contesta a Operação Verde Brasil 2, além da ação das Forças Armadas em delitos ambientais.

Também está na pauta a ADO nº 59, sob relatoria da ministra Rosa Weber, que pede a retomada do Fundo Amazônia. Os autores alegam que o fundo foi interrompido sem qualquer justificativa ou racionalidade. Segundo a ação, um montante superior a R$ 3 bilhões está disponível há mais de três anos para projetos voltados à conservação da Amazônia e ao combate ao desmatamento no bioma, mas sem uso.

Ministra Cármen Lúcia cobra apuração de morte da indígena de 12 anos estuprada por garimpeiros



Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou uma apuração rigorosa a respeito da notícia de que, no dia 25 de abril, uma menina indígena de 12 anos teria sido estuprada e morta por garimpeiros em uma comunidade Yanomami, em Roraima.

"Poderia parecer que se passaram três dias, mas a violência e a barbárie praticada contra os indígenas estão ocorrendo há 500 anos, não diferente a violência que vem ocorrendo, especialmente, contra as mulheres no Brasil, de forma cada vez crescente. Parece que a civilização tem significado apenas para um grupo de homens", afirmou a ministra, no início da sessão desta quinta-feira (28).

Cármen Lúcia frisou que fatos como este, que representam clara violação ao direito constitucional à vida e aos direitos humanos, não podem ser tratados como dados estatísticos ou notícias nem como fatos normais da vida. "Também não podem permanecer como notícias que se formalizam em intermináveis processos que nunca esclarecem nem punem os autores das barbáries praticadas", disse.

A ministra lembrou que, desde o dia 30 de março, o Supremo está julgando uma série de ações da chamada pauta ambiental e que, como observou em seu voto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760, os crimes na Amazônia não dizem respeito apenas às milícias ambientais e ao desmatamento, "mas aos indígenas, às terras indígenas, à garimpagem criminosa, à grilagem de terra".

Ela destaca que são registrados no país quatro casos de feminicídio por dia, e as indígenas são especialmente vítimas dessa violência. "As mulheres indígenas são massacradas sem que a sociedade e o Estado tomem as providências eficientes para que se chegue à era dos direitos humanos para todos, não como privilégio de parte da sociedade. Não é mais pensável qualquer espécie de parcimônia, tolerância, atraso ou omissão em relação à prática de crimes tão cruéis e graves", argumentou.

Cármen Lúcia ainda afirmou ter sido informada de que a Procuradoria-Geral da República (PGR) já teria tomado providências para a apuração dos fatos. Mas ponderou a necessidade de que as providências sejam claras, seguras e continuadas, não apenas em relação a este fato, mas a todos os casos de feminicídio, por meio de informação clara à sociedade.

A vice-procuradora-Geral da República, Lindôra Araújo, afirmou que o Ministério Público já entrou em contato com as autoridades responsáveis pela apuração do caso. Segundo ela, o MP também está tomando providências para combater o garimpo ilegal em terras indígenas em Roraima como forma de "evitar novas tragédias".

O ministro Luiz Fux, presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmou que o fato, que considera gravíssimo, já foi levado ao conhecimento dos Observatórios do Meio Ambiente e o dos Direitos Humanos, sugerindo medidas locais para que não se repitam situações como esta, "que destroem o trabalho que temos feito de combate ao feminicídio, de proteção às mulheres".

Técnico Roger Machado: "Cultura do ódio e racismo cresceu com Bolsonaro"

O técnico do Grêmio, Roger Machado, foi alvo de novos ataques racistas na tarde de quinta-feira (28), após a vitória por 1 a 0 contra o Operário, em Ponta Grossa-PR, pela Série B do Brasileirão. Depois do apito final, o comandante e sua família foram alvos de insultos de um grupo de torcedores do Operário.

Na entrevista coletiva, Roger afirmou que as ofensas foram inclusive nominais, direcionadas para sua esposa e suas filhas.

"Em mais de 30 anos no futebol, nunca vivi isso. Fui desrespeitado aqui em Ponta Grossa", condenou, antes de começar a responder às perguntas.

Antes da partida, Roger Machado afirmou que os atos discriminatórios aumentaram na sociedade e que as pessoas, antes escondidas, "se sentem autorizadas a se manifestar segundo as posturas e pontos de vista do líder da nação", em referência a Jair Bolsonaro (PL).

"Os indivíduos que estavam escondidos se sentem autorizados a se manifestar segundo as posturas e pontos de vista do líder da nação, são convergentes. Temos que resistir, porque sua intenção é que retrocedamos e isso não podemos permitir", afirmou.

O técnico gremista, um dos poucos treinadores negros no comando de um clube de futebol brasileiro, afirmou em entrevista ao jornal 'Folha de S. Paulo' que as pessoas que pensam estar perdendo seus privilégios, reagem de modo agressivo.

"É um processo relacionado com uma cultura de ódio que vivemos com muito mais força nos últimos quatro anos no Brasil. Mas não é uma situação regional, é global".

O treinador disse que reagiu a insultos com os nomes de sua esposa e filhas nas arquibancadas do estádio Germano Kruger, em Ponta Grossa, no Paraná. Na entrevista, o técnico gremista falou sobre o racismo que sofreu na carreira e os motivos pelos quais existem poucos treinadores negros. Para ele, quando pessoas negras e brancas "decidem ascender na pirâmide social, os filtros começam a aparecer".

Afirma que "são os filtros da ideologia que criou o racismo e que atribui ao negro uma condição de menor inteligência, menor capacidade de liderança e gestão, justamente as competências de um treinador de futebol". De acordo com Machado, quando era demitido nos seus primeiros trabalhos como treinador, questionavam a capacidade dele de gerir grupos, mesmo sendo "uma das grandes capacidades que eu sempre tive como jogador, como liderança, como capitão".

Em nota, o Grêmio lamentou as ofensas direcionadas ao treinador. O clube se solidarizou com o profissional e com a sua família, e reforçou o "desejo que de que o ambiente do futebol seja apenas de alegria, paz e união".

Chapa "Luta pela Democracia" vence eleições da Associação Brasileira de Imprensa - ABI

Jornalista Octávio Costa presidirá a entidade

Nas últimas eleições da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Chapa 2 – Luta Pela Democracia venceu as eleições da instituição na última sexta-feira (29). Com o resultado, a entidade terá o jornalista Octávio Costa como novo presidente.

A chapa 2 conquistou 361 votos e venceu a disputa contra a Chapa 1 – Democracia e Renovação, que recebeu 264 votos. A chapa 1 era apoiada pelo atual presidente, Paulo Jerônimo de Sousa, e tinha a jornalista Cristina Serra como candidata à presidência.

O novo presidente da ABI, jornalista Octávio Costa, atribuiu a vitória ao trabalho coletivo e à participação militante de um grupo de cerca de cem jornalistas que vem se reunindo regularmente, há quatro meses, desde que se frustraram todos os esforços para manter a unidade do Movimento ABI Luta pela Democracia, uma frente que se formou em 2019, com o intuito de retomar o protagonismo histórico da ABI, que sempre atuou em prol da democracia e esteve presente em momentos cruciais da vida nacional, como na Campanha O Petróleo é Nosso (1940-1950); na defesa dos direitos humanos, durante a ditadura civil-militar (1964-1985); nas Diretas Já (1984).

Octavio Costa e a vice-presidente Regina Pimenta colocam, entre os imensos desafios que a ABI tem pela frente, deter o avanço do fascismo e da extrema direita na política nacional, valorizar o jornalismo e os jornalistas, com a volta da regulamentação profissional; e cumprir os preceitos estabelecidos na Constituição Federal, no capítulo sobre o direito de todos à informação e à democratização das mídias. Em nota, a candidata Cristina Serra ressaltou pautas importantes que foram defendidas pelas duas chapas, reconheceu a vitória da Chapa 2, concluindo que "É hora de União, em prol do Brasil, da ABI e dos jornalistas".

Além de Octavio, a chapa vencedora conta com Regina Pimenta na vice-presidente e com os diretores Moysés Corrêa, Geraldo Mainenti, Ana Helena Tavares, Maria Luiza Busse e Moa.

Também, Tereza Cruvinel, José Trajano, Ancelmo Gois e Luis Nassiff estão entre alguns dos nomes que integram a chapa vencedora como conselheiros.

Obra em Pelotas custou R$ 390 milhões

Muro inaugurado por Bolsonaro desmorona depois de vinte dias

O trecho de uma obra inaugurada por Jair Bolsonaro (PL) há 20 dias desmoronou no Rio Grande do Sul, nesta quinta-feira. Com as fortes chuvas que caem no estado, uma estrutura de concreto cedeu na BR-116, na altura do km 526 da rodovia.

O desmoronamento ocorreu no chamado Contorno Rodoviário de Pelotas, formado por um conjunto de obras que incluem duplicação de rodovia, viadutos e pontes, recebeu investimento de R$ 690 milhões do governo federal, por meio do Ministério da Infraestrutura. Bolsonaro esteve na inauguração da obra no dia 8 de abril. Segundo a Presidência, o objetivo do investimento foi "garantir maior fluidez e segurança ao trânsito e facilitar o escoamento da produção agroindustrial pelo Porto de Rio Grande".

O problema na rodovia foi publicado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em suas redes sociais. O órgão informou que não houve necessidade de interromper o tráfego.

"Técnicos da Autarquia dirigiram-se imediatamente para o local, iniciando a limpeza da pista e os serviços de contenção, a fim de evitar que a água da chuva continue descendo no local do deslizamento", diz o comunicado.

A concessionária privatizada que administra a rodovia, a Ecosul informou que foi preciso desviar o trânsito no local.

Protesto denuncia carestia: 'Fome aumenta e o governo não faz nada

Fonacate

Governo não negocia reajuste e servidores do BC voltam à greve

Em assembleia nessa sexta-feira (29), os servidores do Banco Central aprovaram a retomada da grave, por tempo indeterminado, a partir de terça-feira (3). A greve por reposição das perdas salariais começou no início de abril e estava suspensa desde a semana passada. Sem negociação por parte do governo, os servidores retomarão o movimento.

"As razões principais foram o descumprimento por parte do presidente do BC em conseguir em abril de 2022 uma reunião entre o sindicato e o ministro (da Casa Civil) Ciro Nogueira, a não apresentação de uma proposta alternativa aos 5% (de reajuste) e a não apresentação de uma proposta sobre a parte não salarial de nossas demandas", afirma Fábio Faiad, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do BC (Sinal).

Os funcionários do BC reivindicam recomposição salarial de 27% e reestruturação de carreira, como a exigência de nível superior para concurso de técnico e a mudança do nome do cargo de analista para auditor.

Sindicato dos Metalúrgios de Guarulhos

O ato é parte da campanha oganizada pelas entidades contra a carestia

Ato reuniu sindicatos, centrais e entidades dos movimentos sociais em Guarulhos

O movimento social de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, realizou um ato na manhã dessa sexta-feira (29), contra a alta dos alimentos, provocada pela inflação acelerada e agravada com a redução do poder de compra dos trabalhadores.

O ato reuniu cerca de 400 pessoas em frente ao hipermercado Carrefour da Vila Rio e contou com representantes de 12 sindicatos, ligados a quatro centrais sindicais, associações de moradores e movimentos de juventudes.

"Fizemos um ato necessário e outros virão. Ninguém aguenta mais o custo de vida, principalmente o preço dos alimentos. O governo não está fazendo nada", declarou Josinaldo Barros, o Cabeça, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos.

Barros lembra da importância dos sindicatos se somarem na luta contra a carestia. "Os sindicatos surgem como ferramenta de organização. É na dificuldade que o povo vai para a rua e o sindicato é essa voz do povo, a voz dos trabalhadores. Nesta unidade, pudemos contar, no ato, com a participação de sindicatos ligados a todas as centrais sindicais", declarou.

O ato contou também com a participação da ex-vereadora paulistana, Lídia Correia, representando a Confederação da Mulheres do Brasil (CMB). Lídia é uma das articuladoras do movimento contra a carestia na capital paulista e afirma que o movimento tem crescido cada vez mais. "Já estamos em vários municípios organizando comitês contra a carestia. O Brasil vive uma situação muito grave e muita gente passa fome", disse durante o ato.

A coordenação do movimento se somará aos atos do 1º de Maio, nesse domingo, e se reunirá posteriormente para programar novas manifestações contra a alta no custo de vida.

Federação dos Metalúrgicos realiza Congresso e conclama: 'É urgente derrotar Bolsonaro'

Em seu 3º Congresso, a Federação Interestadual dos Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal) elegeu a nova diretoria que estará à frente da entidade até 2025.

O Congresso, realizado em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), nos últimos dias 22 e 23 de abril, elegeu o sindicalista Assis Melo, do Rio Grande do Sul, como novo presidente da entidade. O encontro se inspirou na Inconfidência Mineira, comemorada no fim de semana, com os sindicalistas resgatando a figura de Tiradentes.

Os metalúrgicos aprovaram como resolução a "Carta de Minas Gerais", apontando os principais problemas conjunturais do país, em especial a necessidade de derrota do governo Bolsonaro.

A Carta denuncia que "os constantes ataques autoritários do bolsonarismo, liderados pelo próprio presidente, põem em risco permanente o Estado Democrático de Direito". O documento também critica a atuação do governo durante a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, que "resultou em mais de 660 mil mortes. Conforme o relatório final da CPI da Covid-19, Bolsonaro cometeu ao menos nove crimes, de ação e omissão, durante a crise sanitária".

No setor da economia, a Federação aponta para a política implementada pelo governo Bolsonaro que tem intensificado o processo de desindustrialização, além da alta descontrolada dos preços. "Sob a gestão Bolsonaro, o que avança é a pobreza e a miséria, a fome e a insegurança alimentar", afirma a Carta.

A Federação lembra que, desde 2013, o PIB oscila entre a recessão e a estagnação e que, no atual contexto, a inflação generalizada nos itens básicos de consumo, como alimentos, combustíveis e energia elétrica, tem corroído cada dia mais a renda familiar e condenado os trabalhadores à perda de qualidade de vida das famílias. "Mesmo com as crises econômica, social e sanitária, a Emenda do Teto de Gastos continua a limitar investimentos na Saúde e em outras áreas sociais. Mais do que cortes no orçamento, as áreas sociais sofreram com o desmonte de ações e programas", continua.

"Neste ciclo, os trabalhadores foram duramente penalizados. Medidas nefastas – como a reforma trabalhista, a lei da terceirização irrestrita e a reforma da Previdência – precarizam cada vez mais as condições de trabalho. Em fevereiro, segundo o IBGE, o Brasil tinha 12 milhões de desempregados e 4,7 milhões de desalentados, totalizando mais de 16,7 milhões de brasileiros sem emprego", denuncia o documento.

Diante deste cenário de destruição provocado pela política bolsonarista, as discussões do Congresso apontaram que "as eleições gerais de outubro representam o inadiável ponto de virada para os brasileiros e as brasileiras".

"É preciso – e é urgente – derrotar Bolsonaro e seu projeto (conservador nos costumes, autoritário na política e ultraliberal na economia). A frente anti-Bolsonaro é, essencialmente, uma frente antifascista e pró-democracia – uma frente de salvação nacional", diz a resolução.

De acordo com a Federação, o caminho para a superação dessa crise passa pela reindustrialização do país como forma de estimular o crescimento sustentável, o desenvolvimento nacional soberano, a geração de empregos e avanços sociais. " Um projeto de reconstrução nacional passa pela derrota dos vírus da pandemia, do bolsonarismo e do neoliberalismo", afirmam os sindicalistas.

"Se todos quisermos, poderemos fazer deste país uma grande nação', declarou o revolucionário mineiro Tiradentes, patrono da categoria metalúrgica e da nação brasileira. Este é o sentido que deve ter a candidatura presidencial de Lula pela Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), com o apoio do PSB. Este é o sentido que hão de ter as candidaturas de metalúrgicos (as) e outros (as) representantes da classe trabalhadora ao Congresso Nacional e às assembleias legislativas. É tempo de esperançar! Vamos virar este jogo!", conclui.

Fenapef

Policiais federais protestam em todo o país contra arrocho do governo: "5% não cobre nem a inflação"

Policiais federais, delegados, policiais rodoviários e penais fizeram manifestações em todo o país nesta quinta-feira (28) para pressionar o governo e cobrar de Bolsonaro a promessa de reajuste salarial.

A principal manifestação aconteceu em Brasília, pela manhã, em frente à sede da Polícia Federal e, assim como em diversas capitais e municípios do país, os manifestantes, portando faixas com os dizeres "Presidente Bolsonaro, você prometeu, cumpra sua palavra" e "Bolsonaro, honre sua palavra, quem enfraquece a PF fortalece a corrupção", não descartam ações mais duras contra o governo, como eventual greve da categoria.

"Promessas de valorização da PF largadas ao vento no final de mandato mostram apenas que o fortalecimento da segurança pública nunca foi prioridade do governo, o que, sem dúvida, tem reflexo no combate à corrupção e nas organizações criminosas", afirmou o presidente da Associação Nacional dos Delegados da PF (ADPF), Lucano Leiro.

A categoria, que cobra a reestruturação das carreiras, com reajuste salarial entre 16% e 20% para suprir perdas inflacionárias, e esperava um tratamento especial do presidente, já que Bolsonaro havia garantido R$ 1,7 bilhão no Orçamento da União para as carreiras de segurança pública, se revoltou com o anúncio feito pelo governo de que daria apenas 5% de reajuste ao funcionalismo federal.

"A PF não pode ser instrumento de marketing eleitoreiro. Há pouco tempo para o atual governo mudar de rumo e passar a valorizar de verdade a principal estrutura de combate à corrupção e ao crime organizado que existe no Brasil", disse Tania Prado, presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (FENADEPOL).

Para o presidente do Sindicato dos Policias Penais Federais do DF, Gilvan Albuquerque, polícia desvalorizada "só interessa ao crime" e "nenhuma política pública consegue prosperar sem segurança pública".

"Presidente Bolsonaro, não dê as costas. Estamos pedindo, quem quer uma polícia desvalorizada? Só o crime!", disse durante o ato em Brasília.

O presidente da Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais), Marcus Firme, cobrou diálogo com o governo e disse que o reajuste linear de 5% proposto não agrada nem a outras categorias e ainda descumpre o acordo com a PF.

"Quando soubemos dessa notícia, recebemos com muita ansiedade e decepção. Até mesmo as categorias que não esperavam, não ficaram satisfeitas com reajuste de 5%, que nem cobre a inflação", disse. "Nós não fomos chamados para negociar, falamos com o governo por meio de nossos parlamentares, mas essa falta de conversa com as entidades e com o próprio policial federal é muito ruim", afirmou.

Os policiais se sentem "traídos" por Bolsonaro. Como afirmou na manifestação de hoje pela manhã, em Campo Grande (MS), o policial penal Altair Nunes, "o nosso caso aqui é para reivindicar algo que nos foi prometido desde a campanha. Esta inclusive foi a bandeira do governo Bolsonaro", disse.

No ato em Campo Grande, que contou com a presença até de veteranos das forças federais, o presidente do SINPEF/MS (Sindicato dos Policiais Federais em Mato Grosso do Sul), Leonardo Corniglion Silva, fez questão de ressaltar que aquele "não era um movimento político", mas em prol da categoria.

"O pedido de reajuste que foi encaminhado ao ministro da Justiça e depois ao ministro da Economia está estagnado desde o final de março. Estamos mostrando onde está o problema e queremos que o ministro encaminhe o nosso pleito", disse o sindicalista.

"Estamos reivindicando o que é nosso direito. O que foi falado em campanha. Foi uma promessa do governo há muito tempo", disse o veterano, de 81 anos, policial rodoviário aposentado Estevaldo Laguilhon.

Os protestos, em todo o Brasil, foram organizados pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol), além das entidades e sindicatos locais.

HP — CHARGE DO ÉTON

Campanha Carestia

"A panela está vazia": campanha contra a carestia é lançada na ZL de São Paulo

Diante da grave crise provocada pela política econômica do governo Bolsonaro, a sociedade tem se articulado cada vez mais para combater a carestia que voltou a assombrar as famílias brasileiras. Nesta sexta-feira (29), entidades do movimento de moradia, movimento sindical, de mulheres, de negritude e lideranças partidárias realizaram uma atividade de lançamento da campanha "Abaixo a Carestia que a Panela Está Vazia" em São Miguel, Zona Leste da capital paulista.

A campanha surgiu no final do ano passado por iniciativa do Movimento de Defesa da Moradia (MDM), na zona sul da capital paulista, e tem se expandido para toda a cidade, aglutinando grupos e entidades. A atividade, que contou com um carro de som, panfletagem e faixas, teve por objetivo conversar com a população que passava pela Praça do Forró, ponto central do bairro.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB) participou do ato e responsabilizou o governo Bolsonaro pelo aumento desenfreado do custo de vida da população brasileira. "Esse desgoverno precisa ter fim! O povo não aguenta mais os preços dos alimentos e dos itens básicos. Precisamos que a população tenha melhores condições de vida", declarou.

"A recepção das pessoas foi muito boa e isso demonstra que estamos no rumo certo! Nosso desafio agora é aglutinar ainda mais lideranças para mobilizar o povo para combater a carestia. A campanha na Zona Leste só está começando", disse o ex-deputado estadual e sindicalista Alcides Amazonas, presidente municipal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

"A campanha tem por objetivo denunciar a política do governo Bolsonaro, que tem provocado o aumento no desemprego e da fome. Acreditamos que a campanha está crescendo porque está em sintonia com o sentimento do nosso povo que sofre com a miséria, com o desemprego, com a fome. E a forma da gente resolver estes problemas é colocando o povo na rua. Não adianta a população reclamar dentro de casa, é preciso participar do movimento", destacou Amazonas.

"Esse movimento vai ser vitorioso porque está em sintonia com o sentimento do nosso povo que tanto sofre com a política econômica implementada em nosso país", completou.

A campanha denuncia a alta da inflação, provocada especialmente pela elevação dos preços dos combustíveis, dos alimentos e do gás de cozinha, aliada ao crescente desemprego, que tem condenado uma parcela cada vez maior da população à fome. No último período, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o preço das cestas básicas, apenas com itens essenciais, já chega a R$ 713,86, o equivalente a 63% do salário-mínimo líquido.

José Aparecido de Souza, diretor do Sindicato dos Condutores de São Paulo (Sindmotoristas), afirma que "temos o entendimento de que é preciso que o movimento sindical esteja junto com as demais entidades porque o salário e o poder aquisitivo dos trabalhadores está sendo engolido por esse monstro que é a carestia. Hoje, as campanhas salariais estão longe de atender necessidade de reposição deste poder aquisitivo porque, ainda que as negociações garantam a reposição da inflação, os preços aumentam mais a cada dia."

Nesta semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) ficou em 1,73% em abril, após ter registrado taxa de 0,95% em março. O índice é considerado uma prévia da inflação oficial do país. Essa é a maior taxa para o mês de abril desde 1995, quando ficou em 1,95%.

Para José, a luta contra a carestia tem a condição de unir trabalhadores de todas as áreas, formais e informais, desempregados e comerciantes, pois tem assolado o conjunto do povo. "Nós precisamos mobilizar toda a população, não podemos apenas reclamar em casa. Essa reivindicação tem que ser coletiva e tem que tomar as ruas", disse.

Zelensky orienta campanha de assassinato e tortura de prefeitos e opositores

Presidente ucraniano acompanha e orienta campanha que envolve crimes de sequestro, tortura e assassinato de opositores de acordo com denúncia dos jornalistas Max Blumenthal e Esha Krishnaswamy, do portal Grayzone

Apesar da mídia ocidental glamourizar o presidente ucraniano como 'um paladino da democracia' que 'resiste aos russos', a realidade, segundo os jornalistas Max Blumenthal e Esha Krishnaswamy, do portal Grayzone, é que ele e seu governo "sancionaram uma campanha de sequestro, tortura e assassinato de legisladores ucranianos locais" a quem acusaram de "colaborar com a Rússia" e de opositores em geral.

"Vários prefeitos e outras autoridades ucranianas foram mortos desde o início da guerra, muitos supostamente por agentes do Estado ucraniano após se envolverem em negociações de redução de escalada com a Rússia", assinalam os jornalistas do portal. O assassinato do prefeito de Kremina, no Donbass, por neonazistas, foi endossado pelo assessor do Ministério de Assuntos Internos, Anton Geraschenko: "Há um traidor a menos na Ucrânia".

Volodymyr Strok, prefeito da cidade de Kremina, no lado ucraniano do oblast de Lugansk, foi sequestrado por homens em uniforme militar em 1º de março, segundo sua esposa, e baleado no coração. Dois dias depois, apareceram fotos do corpo visivelmente torturado do prefeito.

Em 7 de março, o prefeito de Gostomel, Yuri Prylipko, foi encontrado assassinado. Prylipko teria entrado em negociações com os militares russos para organizar um corredor humanitário para a evacuação dos moradores de sua cidade.

O prefeito de Kupyansk, no nordeste da Ucrânia, Gennady Matsegora, divulgou um vídeo (abaixo) em 24 de março, apelando ao presidente Zelensky para a libertação de sua filha, que havia sido mantida refém por agentes da SBU.

Depois houve o assassinato de Denis Kireev, membro da equipe de negociação ucraniana, que foi morto a tiros em plena luz do dia em Kiev. Até hoje, onze prefeitos de várias cidades da Ucrânia estão desaparecidos, o que Kiev atribui aos russos, que já desmentiram.

TORTURA E DESAPARECIMENTOS

Segundo o portal, Zelensky explorou ainda mais a atmosfera de guerra para proibir os partidos de oposição e ordenar a prisão de seus principais rivais. "Seus decretos autoritários desencadearam o desaparecimento, tortura e até assassinato de uma série de ativistas de direitos humanos, organizadores comunistas e de esquerda, jornalistas e funcionários do governo, sob acusação de simpatias 'pró-Rússia'".

Os serviços secretos ucranianos (SBU) passaram "as últimas semanas enchendo seu vasto arquipélago de masmorras de tortura com dissidentes políticos", acrescentou Blumenthal, que registrou o treinamento da CIA e estreita coordenação com os paramilitares neonazistas.

Para o jornalista, Zelensky vem usando a guerra "como um teatro para decretar um expurgo sangrento de rivais políticos, dissidentes e críticos". Também as atrocidades sádicas contra prisioneiros de guerra russos, expostas nas mídias sócias, "parecem ter recebido a aprovação dos altos escalões da liderança ucraniana".

A atual onda de desaparecimentos forçados e tortura radicaliza o que vem acontecendo desde o golpe de Estado, o EuroMaidan, em 2014, cujo regime que implantou "embarcou em um expurgo nacional de elementos políticos considerados pró-russos ou insuficientemente 'nacionalistas'", o que foi facilitado pela arbitrária lei de "descomunização".

"O regime pós-Maidan concentrou sua ira nos ucranianos que defenderam um acordo de paz com separatistas pró-Rússia no leste do país, aqueles que documentaram abusos de direitos humanos pelos militares ucranianos e membros de organizações neonazistas". Opositores se viram diante da "constante ameaça de violência ultranacionalista, prisão e até assassinato".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Trabalhadores ingleses exigem do governo medidas contra a carestia

"Exigimos um orçamento emergencial para apoiar os trabalhadores em suas perdas com a carestia", declarou Paul Nowak, vice-secretário-geral da central inglesa Confederação dos Sindicatos (TUC, na sigla em inglês), ao se dirigir aos londrinos no ato do 1º de Maio na capital inglesa.

Os principais atos dos trabalhadores ingleses aconteceram em Londres, Manchester, Leeds e Newcastle.

A TUC acusa o governo inglês de dar as costas aos trabalhadores que "durante a pandemia se arriscaram, alguns sacrificando a vida, para que a Inglaterra seguisse adiante".

A central denuncia que – sob o governo de Boris Johnson – as contas de energia elétrica "atingiram níveis sem precedentes e a inflação se aproxima da marca dos dois dígitos".

Os dirigentes sindicais também destacaram que há o que celebrar no 1º de Maio deste ano pois a unidade e disposição de luta dos trabalhadores levaram a conquistas importantes.

Um dos reajustes destacados foi o de 14% conquistado pelos trabalhadores em uma fábrica de estrados industriais em Manchester depois de uma paralisação de 21 dias. Os patrões da fábrica queriam dar um reajuste de 1,8%.

"Exigimos mais direitos aos trabalhadores, mas onde estamos nos unindo e lutando estamos chegando a vitórias", acrescentou o líder da TUC.

A TUC ressaltou que os trabalhadores, ao fortalecerem o movimento sindical foram capazes de iniciar o rompimento com o arrocho do governo do Partido Conservador que tenta impor o congelamento de salários e cortes em benefícios.

"Em todo o mundo, trabalhadores enfrentam a exploração e a discriminação, mas, ao se organizarem, e construírem força através de sindicatos, estão conseguindo resistir na busca por empregos decentes para milhões", afirma o comunicado da entidade "Guerra contra a Carência".

Biden despeja US$ 33 bi na Ucrânia para instigar guerra da Otan à Rússia

Efrem Lukatsky/AP/WSWS

Para manter a guerra, Estados Unidos despacha vasto armamento para a Ucrânia

Montante que Biden pretende despachar à Ucrânia corresponde a sete vezes o orçamento militar do país. Washington já expressou que quer que a guerra continue por "meses e anos"

O presidente dos EUA, Joe Biden, pediu ao Congresso mais US$ 33 bilhões para o que o chanceler russo Sergei Lavrov chamou de "guerra por procuração da OTAN contra a Rússia" na Ucrânia.

Praticamente secaram, segundo a Casa Branca, os US$ 3,5 bilhões já alocados para sustentar o regime de Kiev – frente à operação militar especial russa para proteger o Donbass da limpeza étnica, que já dura oito anos. Como especificou a Rússia, a operação também busca 'desnazificar e desmilitarizar a Ucrânia'.

O pedido de financiamento adicional da Casa Branca veio no dia em que o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, disse que a aliança estava se preparando para apoiar Kiev "por meses e anos".

Na segunda-feira, o chefe da diplomacia russa, diante do volume do envio de armamento pesado letal à Ucrânia pelos países ocidentais, havia advertido que "a Otan, em essência, está engajada em uma guerra por procuração com a Rússia e está armando esse representante. Guerra significa guerra".

Moscou tem admoestado insistentemente Washington e seus acólitos contra entupirem de armas a Ucrânia, o que só levaria ao estancamento das negociações de paz e prolongamento das ações militares. O Kremlin também deixou claro que qualquer entrega de equipamento militar será considerado um alvo legítimo assim que cruzar para a Ucrânia – o que já vem ocorrendo.

Após ida a Kiev do chefe do Pentágono, general Lloyd Austin, na semana passada, a OTAN realizou uma reunião na base aérea de Ramstein na Alemanha para acelerar a entrega de armas pesadas ao regime de Kiev, intensificando sua cínica concepção de "lutar até o último ucraniano" e de "enfraquecer a Rússia".

Por sua vez o Congresso dos EUA aprovou uma lei bipartidária para estabelecer um esquema 'land-lease', um tipo de empréstimo para fornecimento de armas à Ucrânia. Note-se que o projeto foi apresentado em janeiro, antes do início da ação russa na Ucrânia.

"LENHA NA FOGUEIRA"

A China repudiou a remessa de armas a granel a Kiev. "Enquanto a comunidade internacional pede o fim das hostilidades, os EUA continuam a colocar lenha na fogueira e mostram sua disposição de lutar até o último ucraniano", afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, na sexta-feira (29).

O objetivo real não é criar a paz, mas garantir que o conflito "se prolongue", disse Zhao. "Como eles mesmos dizem, eles querem enfraquecer a Rússia. Quanto à questão de se os EUA vão trazer paz ou guerra, segurança ou caos – suponho que todos nós sabemos as respostas para essas perguntas."

Por sua vez, o presidente russo Vladimir Putin, em reunião com o Conselho de Legisladores, advertiu a quem quer que pretenda "intervir de fora e criar uma ameaça estratégica à Rússia que é inaceitável para nós", que deve saber que "nossos ataques de retaliação serão rápidos como um raio".

"Temos as ferramentas de que precisamos para isso, do tipo que ninguém mais pode reivindicar neste momento. Não vamos apenas nos gabar; vamos usá-los se necessário. E eu quero que todos saibam disso; tomamos todas as decisões sobre este assunto", enfatizou.

"RUSSOFOBIA E NEONAZIS"

Putin também se referiu à intervenção dos EUA e seus cúmplices na Ucrânia, desde o golpe de estado de 2014, em que "apostaram na russofobia e nos neonazistas e foram descaradamente, sem cerimônia, transformando nossa vizinha Ucrânia em uma 'anti-Rússia' ano após ano".

A Rússia – acrescentou Putin – "teve uma atitude benevolente, diria eu, amistosa, camarada e fraterna em relação à criação de um Estado ucraniano independente, pensamos, naturalmente, que seria um Estado amigo, que poderíamos ir cada vez mais juntos, fortalecendo-se e desenvolvendo-se mutuamente e criando as condições mais competitivas para o progresso – sim, em condições novas e históricas".

"Ninguém poderia imaginar a criação de um "anti-Rússia" em território russo histórico. Nós simplesmente não podemos permitir que isso aconteça, e então tudo se resume a um conflito, um conflito direto. A Ucrânia foi empurrada para um confronto direto com a Rússia, nosso país", assinalou.

"Permitam-me lembrá-los que, infelizmente, tudo isso está estabelecido, incluindo um ataque armado à Crimeia e Donbass, nos documentos doutrinários da Ucrânia de hoje, enquanto, ao mesmo tempo, ao povo ucraniano foi atribuído o destino de 'material descartável'. Acredito que uma grande parte do povo ucraniano está começando a perceber isso".

"Todo o curso dos acontecimentos recentes, incluindo as alegações do regime de Kiev por armas nucleares, a implantação de uma rede de biolaboratórios ocidentais em território ucraniano, o fornecimento contínuo de armas de ponta para a Ucrânia, confirmou que nossa reação a esses planos cínicos foi correta e oportuna".

WASHINGTON

Em 2008, o governo de W. Bush definiu a meta da anexação da Ucrânia na OTAN – o que foi cinicamente chamado de 'convite'-, e passou a ser posta em prática com o golpe CIA-nazis de 2014 que derrubou o presidente legítimo, instalou nas entranhas do novo regime os neonazistas e transformou um colaborador da ocupação hitlerista, Stepan Bandera, em 'patrono nacional'.

No golpe, teve notória presença a atual conselheira de Biden, então subsecretária de Estado, Victoria Nuland. Foi também o golpe que proibiu o partido comunista e cassou seus deputados, decretou a 'descomunização' do país, perseguiu e espancou oposicionistas e iniciou o banimento do idioma russo, em busca de uma Ucrânia 'racialmente pura'.

O que levou ao rechaço pela população da Crimeia e do Donbass – que, aliás, majoritariamente haviam votado no presidente derrubado. Em maio de 2014, 42 antifascistas foram queimados vivos em um assalto de neonazis à sede da central sindical em Odessa.

Os levantes antifascistas levaram, na Crimeia, ao referendo pela volta à pátria histórica, a Rússia. No Donbass, à criação das Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk.

Ao invés de negociar, por duas vezes o regime de Kiev tentou, pela força militar, esmagar os antifascistas mas foi derrotado. Forçado a assinar os Acordos de Minsk, co-garantidos por Paris e Berlim, para reintegração pacífica do Donbass na Ucrânia, sob garantia, inscrita na constituição, de autonomia e direito à língua russa, o regime de Kiev por oito anos se recusou a cumprir com o que assinara. Em janeiro formalizou que não iria cumprir os Acordos de Minsk.

Foi assim, na iminência de nova tentativa de limpeza étnica contra os russófonos do Donbass, que a Rússia reconheceu a independência das duas repúblicas antifascistas gêmeas e, fazendo uso do artigo 51 – direito de defesa – da Carta da ONU, iniciou sua operação militar especial, que visa também 'desnazificar e desmilitarizar' a Ucrânia, bem como garantir que continue, como estabelecido nos Memorandos de Budapeste, na condição de país neutro, sem bases estrangeiras e sem armas nucleares.

80 civis foram evacuados de Azovstal em segurança no fim de semana, informa Moscou

80 civis foram evacuados no fim de semana da siderúrgica Azovstal em Mariupol, revelou o Ministério da Defesa da Rússia, em operação que contou com o apoio da Cruz Vermelha Internacional e da ONU.

No domingo, foram liberados 8 crianças, 14 mulheres e 18 homens. Na véspera, o primeiro grupo de 25 civis deixou Azovstal à tarde e um segundo grupo, de 21 pessoas, saiu à noite.

Estima-se que cerca de 2 mil integrantes neonazis do Batalhão Azov, dos quais 500 feridos, continuam entocados nos subterrâneos e bunker da siderúrgica, com o estratégico porto em mãos da república antifascista de Donetsk.

Todos os civis libertados foram levados para a vila de Bezymennoye, onde receberam alimentação, alojamento e cuidados médicos necessários e puderam decidir prosseguir até a Rússia ou a áreas controladas pelo regime de Kiev.

A evacuação foi monitorada por representantes das Nações Unidas e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

"O CICV confirma que uma operação de passagem segura está em andamento, em coordenação com a ONU e as partes em conflito", disse o porta-voz do CICV, Jason Straziuso, ao portal russo Sputnik. Nenhum detalhe da operação transpirou durante essa fase, para não comprometer "a segurança dos civis e do comboio".

Ao receber o secretário-geral da ONU Antonio Guterres na semana passada, o presidente russo Vladimir Putin tinha reiterado, em face da discussão sobre corredores humanitários, que os militares ucranianos ainda em Azovstal tinham de permitir a livre saída dos civis, ou estariam agindo como o Estado Islâmico, que faz civis de escudos humanos.

Reuters

Civis escapam do sequestro pelos nazis em Azovstal

Uma pessoa que acabou de deixar Azvostal fez uma estimativa de que seriam "300, talvez um pouco mais" os civis a que resta liberar.

Segundo o chanceler russo Sergei Lavrov, por trás de todo o alarido sobre Azovstal e da exigência de retirada de "todos" os que lá se encontram, inclusive os neonazis, há a questão de que, entre eles, "pode haver oficiais e mercenários ocidentais".

"A situação com o confronto na fábrica de Azovstal em Mariupol e o desejo obstinado e até histérico do presidente Zelensky, sua equipe e seus patronos do Ocidente de conseguir a retirada de todas essas pessoas e enviá-las para o território da Ucrânia se deve a o fato de que há muitos personagens que confirmarão a presença de mercenários, e possivelmente oficiais ativos dos exércitos ocidentais ao lado dos radicais ucranianos", disse Lavrov na entrevista à tevê italiana.

Segundo o jornal russo Komsomolskaya Pravda, uma funcionária da Azovstal recém evacuada, Natalya Usmanova, disse que um 'general mercenário' estava na fábrica. Se isso é verdade ou não, fica para ser visto, mas houve várias tentativas fracassadas e mirabolantes de resgate de figurões do Azov no período anterior da luta em Mariupol.

Depois de esperar por oito anos que o regime de Kiev cumprisse com os acordos de Minsk, para solução pacífica com a autonomia do Donbass inscrita na constituição, assim como o direito ao uso da própria língua de sua população, a Rússia reconheceu as duas repúblicas populares, que se constituíram na resistência ao golpe de estado de 2014, e, diante do agravamento dos ataques contra Donetsk e Lugansk, iniciou uma operação militar especial, voltada a impedir – pela terceira vez – a tentativa de limpeza étnica contra os russófonos, e ainda a 'desnazificar e desmilitarizar' o país, que também deve se manter neutro, sem armas nucleares e sem bases estrangeiras.

Primeiro de Maio em Cuba: multidão sai às ruas de Havana em defesa da Revolução e do socialismo

Com faixas afirmando: "Por Cuba, Unidade e Compromisso" , "Cuba Vencerá", "Preservar e aperfeiçoar o socialismo" e "Viva o 1º de Maio", uma gigantesca multidão tomou a avenida principal de Havana.

Ismael Francisco/Cubadebate

Cuba retoma atos de rua após vencer a pandemia

O momento culminante da marcha foi quando os cubanos cantaram a Internacional para firmar seu compromisso com a Revolução, o socialismo e o modelo sócio-econômico que escolheram adotar.

O Primeiro de Maio teve sua largada proferida por Raul Castro, primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba e presidente do Conselho dos Ministros de Estado, na Praça da Revolução José Marti, ao lado do presidente Diaz-Canel.

A marcha deste ano foi aberta pelos trabalhadores na Saúde em homenagem ao feito cubano que se colocou entre os países do mundo em que a imunização contra a Covid-19 mais avançou e dos poucos a desenvolver vacinas próprias.

Também participaram membros da direção do PC de Cuba, heróis condecorados, destacados trabalhadores.

Cerca de 1.600 amigos de Cuba convidados vieram de 68 países e representante de 209 organizações sindicais de todo o planeta.

Ulises Guilarte de Nacimiento, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores Cubanos, CTC, declarou que os Cubanos "marcham em blocos coloridos e compactos em defesa da patria".

"Prevalece a vontade de contribuir para o desenvolvimento do país, a luta pela paz, a rexolução ideológica que comporta a elevação da eficiência no trabalho, maior qualidade nos serviços e na produção, o desenvolvimento abrangente das cadeias de produção mediante o programa de substituição de importações e geração de exportações".

Entre as razões para comemorar, o secretário-geral destacou o 55º aniversário da campanha contra o analfabetismo, os 60 anos desde a chegada do barco Granma a Cuba e 90º aniversário de nascimento do líder da Revolução Cubana, Fidel Castro Ruz.

Guilarte denunciou o bloqueio econômco, commercial e financeiro imposto pelso Estados Unidos a Cuba e disse que a resposta é a vitoriosa praça colorida e respirando. "Continuaremos lutando contra a desigualdade, pela dignidade e bem-estar dos trabalhadores, sob quaisquer circunstâncias e marcharemos fimemente para garantir a vitória", destacou o líder sindical em seu pronunciamento.

‘Otan bagunçou Europa e agora quer desordenar o mundo’, alerta China

Líder trabalhista Jeremy Corbyn é um dos que exigem a liberdade para Assange (AFP)

20 deputados ingleses exigem que governo negue extradição do jornalista Assange aos EUA

O texto apresentado esta semana ao Parlamento por cinco legisladores e subscrito por outros 15 alerta para o absurdo que é condenar Assange a passar o resto de sua vida em uma prisão norte-americana por praticar jornalismo no Reino Unido e ter denunciado crimes de guerra de Washington.

Também destaca que seu trabalho incluiu além das denúncias de crimes de guerra, inúmeras violações de direitos humanos cometidos por militares dos EUA no Iraque e no Afeganistão e na prisão de Guantánamo, e que sua extradição teria um impacto “arrepiante” na liberdade de expressão.

Na semana passada, o Tribunal de Magistrados de Westminster remeteu a ordem de extradição à ministra, depois que o Supremo Tribunal de Londres aceitou um recurso contra um veredicto inicial contra o envio de Assange aos Estados Unidos por temor a que ele atentara contra sua vida.

Apesar de ser incomum uma corte superior derrubar uma sentença de tribunal inferior favorável ao réu em casos de extradição, foi exatamente o que a (in)justiça britânica fez, alegando que, posteriormente à decisão de primeira instância, os EUA haviam fornecido ‘novas garantias’.

O editor-chefe do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, denunciou que, ao emitir a ordem de extradição no dia 20 último, o Tribunal de Westminster assinou “a sentença de morte de Assange”. A equipe de defesa do jornalista tem até 18 de maio para contestar a decisão.

A moção dos deputados se soma às realizadas por entidades de jornalistas do mundo inteiro, mais vários clubes PEN, a ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF) e outras organizações de defesa da liberdade de imprensa que se dirigiram à ministra Patel, exigindo que recuse a extradição do fundador do WikiLeak e que ele seja libertado de seu confinamento em uma prisão de segurança máxima em Londres desde abril de 2019.

O Departamento de Justiça dos EUA acusa Assange de violar a Lei de Espionagem ao obter e publicar documentos militares e diplomáticos secretos em 2010.

Se julgado e considerado culpado por um tribunal dos EUA, Assange pode ser condenado a 175 anos de prisão com base em 17 acusações contra ele.

BTJ

No afã norte-americano de esquartejar a lugoslávia, a Otan bombardeou Belgrado

O Rússia detona em Zaporozhya armas e munições entregues pelos EUA a Kiev

Um grande lote de armas e munições enviados para Kiev por países ocidentais foi destruído no sudeste da Ucrânia na quarta-feira (27), anunciou o Ministério da Defesa da Rússia. Um armazém militar instalado no território da fábrica de alumínio industrial Zaporozhye foi atingido por mísseis Kalibr, disparados de navios da Marinha Russa no Mar Negro.

A instalação abrigava “um grande lote de armas e munições estrangeiras, fornecidas pelos EUA e países europeus ao exército ucraniano”, disse o ministério. Aviões de guerra russos atingiram 59 alvos militares ucranianos durante a noite, enquanto a artilharia realizou 573 ataques contra as forças de Kiev; 18 drones também foram abatidos, acrescentou.

Na segunda-feira, ataques russos com armas de precisão destruíram os centros que fornecem energia a seis entroncamentos ferroviários no oeste da Ucrânia, que são chaves para o despacho de armas estrangeiras ao regime de Kiev, especialmente evitando que cheguem às tropas ucranianas cercadas no Donbass. Com isso, só restará o uso de locomotivas a diesel – que a Ucrânia tem em número reduzido – para transporte desse equipamento pesado

“Essas armas serão um alvo legítimo para as Forças Armadas russas”, reiterou o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, na terça-feira.

“Os armazéns, inclusive no oeste da Ucrânia, tornaram-se um alvo desse tipo mais de uma vez. De que outra forma poderia ser? A OTAN está essencialmente entrando em guerra com a Rússia por meio de um procurador e armando esse procurador. Guerra significa guerra”, destacou.

NDTV

Armas enviadas por EUA para Ucrânia são alvos legítimos, diz Ministério Russo das Relações Exteriores

Na segunda-feira, em uma reunião com aliados da Otan na base aérea de Ramstein, na Alemanha, o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, disse que Washington “continuará movendo céu e terra para que possamos atender” às necessidades militares do governo ucraniano.

No domingo, o próprio Austin, acompanhado do secretário de Estado Antony, estivera em Kiev para supervisionar a disposição do regime de Zelensky de “lutar até o último ucraniano” para atender à meta, estabelecida em 2008 pelo então presidente W.Bush, de anexação da Ucrânia pela Otan.

Segundo a CNN, o Pentágono abriu na Alemanha um centro de coordenação para o fornecimento de armas à Ucrânia. O Pentágono informou na semana passada que Washington forneceu quase US$ 3,4 bilhões em assistência de segurança – isto é, armas – ao regime de Kiev desde 24 de fevereiro.

A operação militar especial russa foi desencadeada após a recusa da Ucrânia em implementar os termos dos acordos de Minsk para solução pacífica e reintegração do Donbass, e na iminência do terceiro ataque em oito anos contra às repúblicas antifascistas, com o objetivo de ‘desnazificar e desmilitarizar a Ucrânia e impedir sua anexação pela Otan dominada pelos Estados Unidos.

A Rússia alertou repetidamente os EUA e seus aliados no Reino Unido e na UE contra o envio de ajuda letal à Ucrânia, dizendo que isso apenas desestabiliza a situação e dificulta as negociações de paz. Moscou também advertiu sobre o risco das armas “caírem em mãos erradas” e acabarem prejudicando, como bumerangues, os próprios doadores.

“A Otan tem semeado guerras a esmo e atirado bombas sobre Estados soberanos, matando e deslocando civis inocentes”, denuncia Wang Wenbin, porta-voz da Chancelaria chinesa

A Otan bagunçou a Europa, açulou conflitos na região Ásia-Pacífico e quer até desordenar o mundo”, alertou, em pronunciamento, nesta quarta (27), o porta-voz do Ministério do Exterior da China, Wang Wenbin.

Ele denunciou ainda que governos ligados à Otan ficam exigindo de outros que “obedeçam as regras” enquanto “a Otan tem semeado guerras a esmo e atirado bombas sobre Estados soberanos, matando e deslocando civis inocentes”.

As declarações de Wenbin vieram em resposta à secretária de Assuntos Externos do Reino Unido, Liz Truss, que exigiu da China que “jogasse conforme as regras”.

Em sua ida ao parlamento inglês, a secretária voltou a propagandear o crescimento bélico da Otan. Disse que “os movimentos coordenados para isolar a Rússia da economia mundial provam que o acesso ao mercado dos países democráticos não está mais como algo dado”.

“Os países devem jogar conforme as regras”, repetiu. “E isso inclui a China”, acrescentou.

“A Otan, dita organização militar do Atlântico Norte, tem, nos anos recentes, vindo à região Ásia-Pacífico para jogar seu peso e atiçar conflitos”, respondeu Wenbin.

Truss disse que a Otan deve, sim, atuar na região dos oceanos Índico e Pacífico “estendendo sua visão para democracias” que estão fora da jurisdição de seus membros e citou o caso de Taiwan (que a China mantém como parte histórica e integrante do país).

Em tom de ameaça, Truss disse ainda que o crescimento da China (segunda potência econômica mundial, enquanto que o Reino Unido é a sexta) “pode ser alvejado”.

“A China não continuará a crescer se não jogar pelas regras. Já mostramos, através da Rússia, o tipo de escolhas que estamos preparados para adotar se as regras internacionais (com certeza as que ela e sua majestade determinarem, em submissão a Washington, claro)” perorou.

Truss agiu de forma a tensionar mais ainda as relações ao qualificar a amizade da China com a Rússia como a de “agressores trabalhando em consenso”.

A China tem se recusado a acatar o cerco econômico à Rússia e, em cúpula China-EUA, o primeiro-ministro chinês, Li Kejiang disse com firmeza que “a China busca a paz de acordo com os seus caminhos definidos soberanamente”, o que agora foi reforçado por Wang Wenbin: “A posição da China em relação ao conflito na Ucrânia é consistente e clara. Temos sempre feitos julgamentos independentes baseados no mérito do caso”.

Rússia não deixará que Ocidente roube dinheiro da exportação de petróleo e gás, adverte Sergei Lavrov

A Rússia não vai tolerar os hábitos de roubo dos países ocidentais e não permitirá o roubo de seu dinheiro ganho com a exportação de petróleo e gás, disse o ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, em entrevista à empresa de televisão italiana Mediaset.

“Se eles queriam ‘punir’ a Rússia, eles a roubaram... Por alguma razão, ninguém fala sobre isso. Onde está o jornalismo honesto? Agora propomos que os suprimentos sejam considerados pagos não quando euros ou dólares chegam ao Gazprombank, mas quando eles são convertidos em rublos que não podem mais ser roubados. Essa é toda a história. Nossos parceiros estão bem cientes disso”, enfatizou Lavrov. Ele observou que tal roubo se tornou possível devido ao fato de que a Gazprom foi forçada a manter dinheiro em suas contas em bancos ocidentais, de acordo com as regras adotadas no Ocidente.

Para sanar o roubo, o presidente russo, Vladimir Putin, assinou um decreto que determina o fornecimento de gás apenas por rublos a ‘estados hostis’ (incluindo todos os países da UE) – ou seja, os que decretaram sanções contra a Rússia.

Polônia e Bulgária foram os primeiros a terem o fornecimento cortado pela recusa russa de praticar a filantropia em prol do bloco europeu. Nos próximos dias e semanas, outros países europeus terão de decidir se irão insistir no roubo e fraude, ou se vão manter a energia ligada para fazer sua indústria funcionar e para aquecer suas casas no inverno. A decisão é deles.

Como assinalou o sociólogo Jorge Vilches, a União Europeia só quer pagar as importações russas com o que chamou de “euros Schrödinger”, como ironiza os euros ‘pagos’ à Gazprom em território europeu e imediatamente confiscados pelas sanções, e que assim jamais chegam aos cofres da gigante russa do gás.

Os gritos de “rublos, nem pensar”, não passam disso: um assalto para obter gás de graça.

No célebre experimento imaginário, o cientista austríaco, um dos pais da mecânica quântica, enunciou uma caixa em que estava um gato, na qual havia um mecanismo que aleatoriamente quebrava uma ampola com gás mortal. Enquanto não se abrisse a caixa, o gato estaria ‘morto’ e ‘vivo’ simultaneamente.

Como os euros com que europeus querem pagar o gás russo. Existem na hora de imprimir o recibo de depósito para a Gazprom mas inexistem na hora de ingressar efetivamente nas contas da gigante russa do gás e terem serventia.

Leia mais no site do HP

Chanceler britânica clama por uma ‘OTAN global’ para hostilizar a Rússia e a China

A ministra das Relações Exteriores do governo Boris Johnson, chamou países em órbita submissa à Casa Branca a entupirem a Ucrânia com mais armas e, de quebra, ainda ameaçou a China quanto a Taiwan.

Sobre a Ucrânia, assunto que atualmente mais gera frenesi nas hostes imperiais, ela insistiu na conclamação por “mais armas pesadas, tanque e aviões” e até previu – depois de expulsar os russos “de toda a Ucrânia” – a reconstrução do país por um “novo plano Marshall”.

“A guerra na Ucrânia é a nossa guerra – é a guerra de todos porque a vitória da Ucrânia é um imperativo estratégico para todos nós”, asseverou a chefe da diplomacia da alquebrada Albion em surto de nostalgia do poderio imperial inglês.

Denunciando a “falsa escolha entre a segurança euro-atlântica e a segurança indo-pacífica”, madame Truss asseverou que “no mundo moderno, precisamos de ambos”.

“Precisamos de uma OTAN global”, ela se assanhou, sem disfarçar que, além de colocar a Rússia de alvo, por conta e risco estava acrescentando a China na sua lista negra. Açulando o separatismo, asseverou que “devemos garantir que democracias como Taiwan sejam capazes de se defender.” E concluiu alardeando que “a geopolítica está de volta”.

Truss acrescetou que o sistema de segurança internacional criado no pós-guerra, do qual o Conselho de Segurança da ONU é a expressão máxima, não funciona mais e precisa ser substituído por uma “Rede da Liberdade”, naturalmente integrada pelas “nações livres e assertivas”, como o decadente reino de que é ministra.

Apontando para o esforço sem precedentes de Londres para embargar a Rússia, Truss insistiu que “o acesso econômico não é mais um dado adquirido. Tem que ser conquistado” e que os países que desejam ganhá-lo “devem seguir as regras. E isso inclui a China”.

Há controvérsias se as invectivas de madame Truss sobre os rumos do mundo estão no quadro dessa saudade dos tempos do império em que o sol jamais se punha – e que não voltam mais -, ou são um oferecimento de si própria para substituir Boris Johnson no papel de poodle de Washington, diante dos percalços das festinhas da Covid, ou ainda mera estupidez.

Quanto à persistente ignorância, o histórico de Truss é um prato cheio. Em entrevista à BBC confundiu o Mar Báltico com o Mar Cáspio e, ao se reunir com o chanceler russo Sergei Lavrov em Moscou em fevereiro, insistiu em dizer que Londres “jamais reconheceria a soberania da Rússia” sobre Rostov e Voronezh – regiões russas que ela confundiu com as repúblicas do Donbass.

Enquanto a inflação insuflada pelas sanções contra a Rússia bate recorde no Reino Unido, diferentes instâncias do governo inglês se revezam para executar provocações contra a Rússia. O subsecretário de Estado Parlamentar das Forças Armadas britânicas, James Heappey, declarou “completamente legítimo” que as forças ucranianas ataquem alvos em território russo para “interromper sua logística e cadeias de suprimentos” usando armas fornecidas pelos britânicos.

Leia mais no site do HP

Grécia faz greve geral contra carestia e por ajuste salarial

Em extensão das atividades pelo Dia do Trabalhador, os sindicatos gregos convocaram uma greve nacional de 24 horas nesta segunda-feira (2) que mantém os serviços públicos e os transportes marítimos, ferroviários e urbanos paralisados.

Durante as manifestações no domingo, milhares de pessoas se concentraram em Atenas para exigir aumento dos salários e que o governo adote mais medidas em defesa do poder de compra dos trabalhadores diante do impacto da inflação.

Durante a greve, o transporte público de Atenas, os supermercados e lojas estão parcialmente fechados como em um feriado.

De acordo com o Serviço Estatístico Europeu (Eurostat), a inflação na Grécia atingiu 9,4% em abril, superior à média europeia de 7,5%, e um mês antes, em março, os preços da energia elétrica atingiram 79,3% em um ano.

Pressionado pelos sindicatos e entidades sociais para fazer frente à carestia, o governo concedeu uma ajuda social no valor de 4,2 bilhões de dólares (cerca de 21 bilhões de reais) e este domingo entrou em vigor o aumento do salário mínimo mensal em 50 euros, passando agora a 750 dólares (3.790 reais).

Atenas participa da greve geral de 24 horas com paralisação e manifestações contra a carestia (LBCI)

Mas os sindicatos e a oposição consideram as medidas insuficientes pelo crescimento descontrolado dos preços em geral e pedem um salário mínimo de 870 dólares por mês (cerca de 4.400 reais).

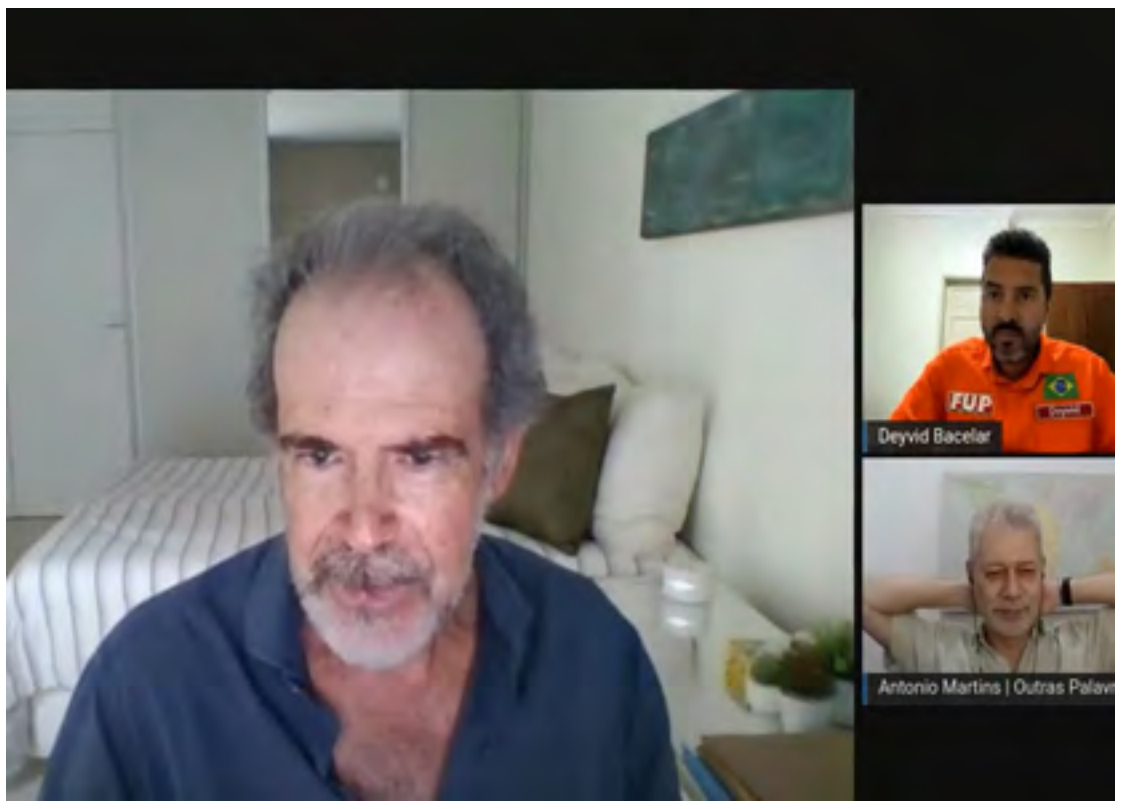
A Federação Pan-helênica de Marítimos confirmou que os navios e balsas permaneceram atracados nos portos, enquanto a Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários informou que o serviço de transporte ferroviário também foi afetado.

A atividade turística – setor muito importante na economia do país – quase parou. Nas últimas horas, as empresas de viagens tiveram que cancelar seus roteiros e comunicar alternativas aos viajantes para aproveitarem as programações contratadas em outro momento.

Paulo Cesar Lima, ex-consultor legislativo do Senado e uma das maiores autoridades em petróleo no Brasil:

“Petrobrás será salva se não se repetir a ortodoxia econômica das últimas décadas”

Em continuidade ao ciclo de debates sobre a Petrobrás, organizado pelo Canal Outras Palavras, do jornalista Antonio Martins, participaram do segundo dia do evento, ocorrido na quarta-feira (27), sob o tema “Como reverter o desmonte da Petrobrás”, o petroleiro Deyvid Bacelar, dirigente da FUP e ex-representante dos petroleiros no Conselho de Administração da empresa, e o engenheiro Paulo Cesar Lima, ex-consultor legislativo do Senado e uma das maiores autoridades sobre petróleo no país



HP ESPECIAL

Paulo Cesar Lima, ex-consultor Legislativo do Senado, em debate com Deyvid Bacelar, da FUP (reprodução)

Ambos fizeram um diagnóstico do processo em curso de destruição da Petrobrás e apontaram os caminhos para a sua recuperação.

“Infelizmente está havendo um processo de esquartejamento da empresa. Processo que começa em 2015 quando eu estava no Conselho de Administração da Petrobrás e acompanhei de perto as mudanças que nós tivemos ali”, disse Deyvid Bacelar.

“Em 2015 setores do capital financeiro se apoderaram da direção da Petrobrás e retomaram o projeto de privatização que nós tínhamos barrado no início dos anos 2000, com a eleição de um governo democrático e popular”, assinalou o líder petroleiro.

ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRÁS

“Nós impedimos que isso ocorresse em 2015 com uma greve que nós fizemos. Mesmo com as aves de rapina que já estavam ali no Palácio do Planalto, nós conseguimos barrar aquele processo de privatização”, prosseguiu.

Ele destacou que, “com Temer, se acelera o processo de privatização. Uma série de ativos são vendidos num processo de esquartejamento e venda de pedaços como se não pertencessem à empresa mãe Petrobrás. No governo Bolsonaro tivemos uma aceleração ainda maior dessas privatizações”.

ESTATAL CONSTRUIU O PARQUE DE REFINO NACIONAL

Paulo Cesar Lima lembrou que seu primeiro chefe na Petrobrás foi o Guilherme Estrella, que esteve no debate anterior. “A Petrobrás era uma empresa de economia mista com acionistas que sabiam que a empresa era monopolista e tinha como objetivo entregar os combustíveis para a população pelo menor preço possível”, apontou.

“Essa era a missão da Petrobrás. Era um orgulho enorme, na década de 1980, trabalhar no Sistema Petrobrás. A Petrobrás era um grande instrumento de desenvolvimento nacional. Ela era grande em muitas áreas. O grande destaque da Petrobrás tinha sido a construção do parque de refino. Quem construiu o parque nacional de refino foi a Petrobrás. Toda a infraestrutura de dutos, de terminais”, destacou Paulo Cesar.

Ele lembrou que, em 1967, foi criada a Petroquisa. “Então a Petrobrás era investidora em petroquímica. Foi criada a Copene, o polo petroquímico da Bahia e a Copesul, o polo petroquímico do Rio Grande do Sul, e ampliado o parque petroquímico de São Paulo. Tinha a Petrofértil, grande empresa de fertilizantes e as coligadas, a Fosfértil e a Nitrofértil. Era uma grande empresa de fertilizantes do Brasil”, prosseguiu.

“Tinha a Interbrás, que tratava do comércio exterior. Tinha a Petromisa, que era uma empresa de mineração voltada para a produção de sais como o potássio da área de fertilizantes. Foi construída também a segunda empresa em faturamento do Brasil que era a BR Distribuidora”, disse Paulo Cesar.

INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL NASCEU COM A PETROBRÁS

A importância da Petrobrás para o desenvolvimento da indústria nacional foi destacada pelo ex-engenheiro da Petrobrás. “A construção das indústrias de bens de capital foi uma decorrência da Petrobrás. Quando as pessoas defendem a privatização da Petrobrás, elas não têm essa dimensão histórica. A Petrobrás foi responsável pela construção da indústria de bens de capital no Brasil”, afirmou.

“O nosso erro estratégico começa com Fernando Collor de Mello, que é quando começam as privatizações. Diziam que tinham que vender as empresas do sistema Petrobrás porque a empresa não tinha como investir. Só as empresas privadas investiriam. Privatizaram os grandes polos petroquímicos porque, com isso, viria o capital privado. Depois da construção da Copesul, nenhum polo petroquímico foi construído no Brasil”, denunciou Paulo Cesar.

“A Petrobrás saiu da área de fertilizantes, manteve apenas os fertilizantes nitrogenados, manteve-se a Nitrofértil, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) incorporou as unidade da Bahia e Sergipe. Elas foram incorporadas como ativos da Petrobrás. Acabou a Nitrofértil, a Petrofértil acabou, a Fosfértil foi privatizada e a Petronisa também. Por que elas foram privatizadas? Porque o Estado não tinha como investir e a iniciativa privada seria a grande investidora no setor de fertilizantes”, prosseguiu o especialista.

“Qual foi o resultado? Só vou falar dos fertilizantes fosfatados. A Petrobrás arrendou para a Vale os poços de sais para fertilizantes a base de potássio. Em 1991 houve o arrendamento, foi criada a Vale Fertilizantes com a promessa de que iria investir R$ 4 bilhões no projeto de Sergipe. Ela não investiu e em 2018 ela acabou. A Vale Fertilizantes não existe mais e ela foi vendida para uma empresa chamada Mosaic Fertilizantes, uma empresa americana que não investiu absolutamente nada e é uma grande importadora de fertilizantes dos EUA e também de outros países como o Canadá”, denunciou Paulo Cesar.

A importância da Petrobrás para o desenvolvimento da indústria nacional foi destacada pelo ex-engenheiro da Petrobrás. “A construção das indústrias de bens de capital foi uma decorrência da Petrobrás. Quando as pessoas defendem a privatização da Petrobrás, elas não têm essa dimensão histórica. A Petrobrás foi responsável pela construção da indústria de bens de capital no Brasil”, afirmou. “O nosso erro estratégico começa com Fernando Collor de Mello, que é quando começam as privatizações. Diziam que tinham que vender as empresas do sistema Petrobrás porque a empresa não tinha como investir. Só as empresas privadas investiriam. Privatizaram os grandes polos petroquímicos porque, com isso, viria o capital privado. Depois da construção da Copesul, nenhum polo petroquímico foi construído no Brasil”, denunciou Paulo Cesar

SETOR PRIVADO NÃO INVESTIU NADA EM FERTILIZANTES

“O Brasil hoje não tem nenhuma empresa de fertilizantes. O Brasil não tem mais nenhuma empresa petroquímica. Isso é só para confirmar que essa história de que tem que privatizar porque a iniciativa privada vai investir, não aconteceu. Mesmo não tendo acontecido no passado, essa é a retórica de hoje”, prosseguiu.

“Com FHC, veio a Lei do Petróleo, em 1997, decorrente de uma emenda Constitucional de 1995, que acabou com o monopólio da Petrobrás. Manteve o monopólio da União, mas era um monopólio de fachada. O grande golpe mesmo foi a colocação das ADRs (ações da Petrobrás) na bolsa de Nova Iorque. O resultado é que os estrangeiros têm 45% do capital social da Petrobrás”, observou o ex-consultor legislativo.

“Aí vai a minha crítica aos governos do PT”, disse Paulo Cesar. “Durante toda a minha discussão técnica no Congresso, eu sempre defendi a recompra das ADRs. A Petrobrás tinha que sair da bolsa de Nova Iorque. Tinha que ter saído já no governo Lula. Para mim a primeira coisa do governo Lula seria a recompra das ADRs. Elas não foram recompradas”, prosseguiu.

“Para mim esse foi um erro gravíssimo. Depois veio uma coisa boa, o pré-sal. O grande feito do governo Lula foi a descoberta do pré-sal, mas teve outras coisas boas. A tentativa de voltar a construir refinarias no Brasil, a última tinha sido a de São José dos Campos, a Revap, em 1980. A de Pernambuco conseguiu um trem, a Comperj e as do Maranhão e Ceará foram paralisadas, mas houve uma tentativa”, acrescentou o analista.

“O pré-sal tem o poços mais produtivos do mundo. O primeiro passo para a exploração do pré-sal era a reestatização da Petrobrás. Você não pode ter uma empresa como operador único com essa composição de estrangeiros. Mas, defendi o operador único e continuo defendendo, mas para mim houve uma confusão conceitual. A Petrobrás com essa estrutura do capital social não é Estado”, disse Paulo Cesar.

E prosseguiu: “Então, o que eu defendi na época foi o modelo norueguês, com o Estado investidor, ou como em outros países onde você contrataria a Petrobrás pagando regiamente por prestação de serviço. Mas o Estado assumindo. Se você transforma a Petrobrás numa empresa pública, a empresa é o próprio Estado”.

NENHUM PAÍS DO MUNDO ENTREGA SEU PETROLEO COMO O BRASIL

“Eu posso dizer com segurança que nenhum país do mundo, que tem reservas superiores a 100 bilhões de barris, com poços que produzem 50 a 60 mil barris por dia, não seja o Estado a assumir o controle. Então, para mim, houve um erro grave. Considerar a Petrobrás uma empresa pública, quando na verdade ela não era mais uma empresa pública. Aí vieram os leilões e eu já era contra”, denunciou.

“Eu fui contrário ao leilão de Libra em 2013. Por que? A Petrobrás tinha 40%, a Shell 20%, a Total 20% e duas chinesas, cada uma com 10%. A Petrobrás com 45% estrangeiros, mais 20% privados. Com isso, você já começou a entregar Libra para os estrangeiros. Na realidade você entregou Libra para os estrangeiros. E mais grave ainda foi a sessão onerosa. Eu defendi a sessão onerosa mas não nos termos em que ela ocorreu. Se a gente pega o melhor campo do mundo que é Buzios, a renda governamental é muito baixa. É baixíssima. Aí você pode falar. Tupi também é baixa, mas é até mais alta do que em Buzios. Então, nos tivemos erros que eu considero graves”, prosseguiu o engenheiro.

“Com essa estrutura do capital social, veio a visão do STF, que apoiou outro erro gravíssimo do governo do PT, que foi o Decreto 2.745 que permitia a contratação com um processo muito simplificado, com uma carta convite para construir obras de um bilhão de dólares. Em cima da “livre concorrência”. Porque o FHC deixou uma legislação liberal e não houve mudança dessa legislação a não ser a substituição do regime de concessão para o regime de partilha”.

“E essa é positiva, apesar de não ser o que eu defendia. Meu modelo era o Estado assumindo em parceria com a Petrobrás. Ou então reestatizando a Petrobrás. O STF disse que a empresa podia comprar pelo decreto a partir da lei do FHC. Isso deu espaço para contratos que não tinham como foco o interesse público. O governo da época perdeu uma grande oportunidade de fazer uma discussão sobre como a Petrobrás deve fazer as contratações. Não houve essa discussão”, assinalou.

“Também não houve nenhuma discussão sobre política de preços dos combustíveis. Se a gente tinha uma legislação ruim, durante os governos do PT, os danos foram pequenos. Ou até foram benéficos, no caso do GLP, por exemplo, ficou congelado anos e anos. Um benefício para a população, mas tem que reconhecer que este tipo de política gerou dificuldades de investimentos em refino”.

“Aí veio a Lava Jato que, eu concordo, destruiu muita coisa. Agora, deram milho para bode. Se você tivesse um diretor de abastecimento íntegro na Petrobrás, talvez você não tivesse dado tanto milho para bode. Você ter o diretor de abastecimento como aquele, você paralisar o Comperj ainda no governo do PT, paralisar o segundo trem de Abreu e Lima. A gente tem que reconhecer que houve problemas na gestão da Petrobrás, principalmente na diretoria de abastecimento, mas, o fato é que veio a Lava Jato e destruiu o país”, afirmou Paulo Cesar.

PONTE PARA O FUTURO APROFUNDOU ENTREGUISMO

O especialista falou do impeachment da Dilma e a Ponte para o Futuro. “Ela pega a lei da partilha do Brasil que é muito ruim, não garante conteúdo nacional em lei, não garante recuperação de custo, não garante uma política de participação governamental, de renda estatal. Além de eu ser contra o modelo em si, a lei da partilha é muito ruim. A lei 9748 com total liberdade para a Petrobrás fazer o que quiser em termos de preço. Veio a Ponte para o Futuro, assume lá o Pedro Parente e aí ele coloca o PPI e é um escândalo”, aponta.

“Então”, explicou, “nós temos um arcabouço legal no país muito ruim. E a interpretação que se faz dessas leis que já são ruins é pior ainda. A interpretação que o TCU deu e a do STF, eles conseguiram transformar uma coisa que era ruim, numa coisa péssima. Qual é o resultado? Foram vendidos ativos de 263 bilhões sem licitação. Na minha visão, vendas totalmente ilegais. Que sequer respeitam a lei 9.491, que é uma lei que está em vigor”. “O problema do Brasil é muito mais sério do que o presidente da República”, observou.

“Ganhando as eleições”, disse Paulo Cesar, “temos todas as condições de recuperar tudo, temos os melhores poços de petróleo do mundo, jazidas de minérios, técnicos de alto nível, temos um povo extraordinário, trabalhador, inteligentíssimo, então, temos tudo nas nossas mãos. O problema é como gerenciar tudo o que nós temos em benefício do povo brasileiro.

“Ao falar em comprar as ADRs, nós estamos falando aqui em 16,5 bilhões de dólares. Isso é nada. Em 2021 a Petrobrás gerou em caixa 200 bilhões de reais. A Petrobrás é uma máquina de gerar recursos. Ela está destruída enquanto projeto nacional de desenvolvimento, mas não enquanto geradora de caixa. A renda petrolífera do Estado é baixíssima, o conteúdo local é baixíssimo. Então recomprar essas ADRs é perfeitamente factível. Ao invés de mantermos as reservas em títulos americanos, podíamos comprar as ações da Petrobrás”, defendeu.

“Temos boa chance de recuperar muita coisa se vencermos as eleições deste ano. Mas, o que vai determinar o futuro é qual a linha do Ministério da Economia do novo governo. Se o economista do Lula for ortodoxo, não tem jeito. Tem que ser heterodoxo, tem que sair da caixinha. Porque os governos Lula e Dilma, apesar de muitos avanços, foram governos muito dentro da caixinha”, disse Paulo Cesar Lima.